

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----**Mandato 2017-2021**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**-----

-----**ATA NÚMERO CENTO E CINQUENTA E UM**-----

----- Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, por Videoconferência e Presencial, em Sessão Extraordinária, reunião sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente. -----

----- Para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual, regista-se que a presente reunião foi realizada, na modalidade mista, que combina com o formato presencial e a videoconferência, através da plataforma “Teams”. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes de Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina

Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Tadeu Costa, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, João Carlos de Sousa Pereira, Eduardo Carvalho Viana, Luís Duarte de Albuquerque Carreira, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Susana Maria da Costa Guimarães, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Romualda Maria Conceição Martins Nunes Fernandes e Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----  
----- Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp e Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Romualda Fernandes. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Diana Bechet Vale.-----

----- António Modesto Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Páscoa. -----

----- Ana Margarida Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira.-----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz. -----

----- Patrícia Carla Serrano Gonçalves (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Eduardo Viana. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vereador Manuel Grilo e Vereadora Celeste Correia. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, Nuno da Rocha Correia, João Pedro de Abreu Costa e Ana Rita Costenla.-----

----- Às quinze horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, peço aos Senhores Deputados, que se sentem para nós começarmos esta nossa sessão.-----

----- Muito bem, vamos então começar, esta nossa nova sessão, é a nonagésima quinta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, está aberta a sessão, é centésima quinquagésima primeira reunião, sabem, hoje é uma sessão extraordinária, vamos ter dois momentos, o momento que é o debate específico “*Combater o preconceito racial sem preconceitos*”, e depois teremos a apreciação de duas Petições que, aliás, vão ser discutidas em conjunto, porque a matéria foi assim requerida e a matéria é a mesma, portanto, têm ligação, e, portanto, faz todo o sentido.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1- DEBATE ESPECÍFICO SUBORDINADO AO TEMA “COMBATER O PRECONCEITO RACIAL SEM PRECONCEITO”, PROPOSTO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 38º DO REGIMENTO E DE ACORDO COM FORMATO EM ANEXO; GRELHA C (2X GRELHA B) – 2 HORAS;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Portanto, vamos começar este debate específico, intitulado, como “*Combater o preconceito racial sem preconceito*”, que é um debate proposto pelo Grupo Municipal do PS, e, portanto, vamos começar o este debate.-----

----- Como sabem, neste debate específico, nós vamos começar por ouvir duas intervenções especiais, de dois convidados, que foram convidados por esta Assembleia, cuja aceitação agradeço.-----

----- Portanto, temos dois convidados, o Professor José Manuel Sobral, que nos digna por estar já aqui presente, e que irei apresentar, e a Senhora Doutora, também, Sónia Pereira, Alta Comissária para as Migrações, que vai entrar a seguir, no dia 20, é o Dia Mundial do Refugiado, e ela, em funções, de Alta Comissária para as Migrações, promoveu esta semana, estar a animar a semana dos refugiados, pelo que está neste momento a dar início a uma sessão dessa semana, e entrará a seguir, portanto, à intervenção do Senhor Professor José Manuel Sobral, naturalmente, depois os partidos intervirão conforme as inscrições, e eu e os meus Colegas da Mesa, darão a palavra, conforme é habitual.-----

----- Eu queria começar, por agradecer ao Professor José Manuel Sobral, de ter aceite o nosso convite, aliás, foi com convite formulado com muita pouca antecedência, como, aliás, à Senhora Doutora, Sónia Pereira.-----

----- O Professor José Manuel Sobral é um académico, muito conhecido, eu direi apenas alguns elementos do seu currículo.-----

----- O Senhor Professor José Manuel Sobral, nasceu em 18 de janeiro de 1952, em Viseu, trabalhou durante algum tempo sobre linguística, nomeadamente, na pesquisa de terreno sobre o projeto “Vocabulário do Português Fundamental”. -----

----- Exerceu o cargo de Assistente de História, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, entre 1977 e 1984, e entrou, para o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde é Investigador Principal. -----

----- Doutorou-se em Antropologia, pelo ISCTE em 1993, tem feito trabalhos em diversas áreas, nomeadamente, o estudo das estruturas sociais, por outro lado, também tem feito muitos trabalhos sobre a formação da identidade da nação portuguesa numa perspetiva comparável. -----

----- O Professor José Manuel Sobral, foi Presidente da Associação Portuguesa de Antropologia, entre 2001 e 2006, e foi diretor, da importante, “Revista Análise Social”. -----

----- Tem inúmeros artigos, sobre os mais variados temas, mas referindo apenas alguns que têm a ver com as matérias que hoje nos interessam, nomeadamente, em 2011, “Imigração e conceções de identidade nacional em Portugal”, que foi editada pela Editorial Caminho, numa obra, “Representações da Portugalidade”, que foi editada pela Editorial Caminho. -----

----- Com outros investigadores, também, participou num livro, em que fez um trabalho, sobre “Ciganos e não ciganos. Imagens conflituosas em contextos de vizinhança, O bairro social de Atouguia em Guimarães”, que está publicado, em Portugueses ciganos e ciganofobia em Portugal. -----

----- Também, poderíamos referir, por exemplo, e eu sei que alguns estão também para sair, mas já publicados, “Do racismo e da xenofobia e multiculturalismo,” um estudo das minorias de origem africana e de etnia cigana, no distrito de Braga, que é trabalho extremamente importante. -----

----- O Professor José Manuel Sobral, tem um vasto trabalho em diversas áreas, nomeadamente, com incidência nas questões do racismo, e é, portanto, para mim, para além, não escondo a relação de amizade antiga, um grande privilégio de dar a palavra ao Professor José Manuel Sobral. -----

----- O Senhor Professor, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Professor José Manuel Sobral na qualidade de Orador Convidado**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos os membros da Assembleia Municipal a quem cumprimento desde já, e quero agradecer ao meu antigo amigo, Doutor José Leitão, Presidente da Assembleia, o convite honroso, para vir aqui hoje, tecer algumas considerações sobre o preconceito racial, que possam de alguma maneira contribuir modestamente para a missão desta assembleia, que é a de combater o preconceito racial sem preconceito. ----

----- A história recente mostra-nos todos os dias que o preconceito racial continua vivo. Basta abrir um jornal ou ouvir um telejornal para o constatar. Sobreviveu mesmo ao repúdio de algumas das suas manifestações mais extremas, como os massacres coloniais em África ou as políticas de extermínio do nazismo e dos seus aliados fascistas na Europa, que culminaram no Holocausto. Este teve como alvo não

só os judeus, tidos como uma raça inferior, que contaminava a raça superior ariana levando-a à degenerescência, como todos os outros caracterizados como inferiores: os ciganos, os eslavos, sem esquecer, os que eram tidos como inferiores em termos mentais ou os homossexuais. Os filhos de mães alemãs e de pais soldados afro-americanos, que participaram na ocupação da Alemanha no fim da Grande Guerra de 1914-18, bem como os mestiços afro-alemães foram esterilizados. Ao mesmo tempo, assistia-se na primeira metade do século XX ao apogeu do colonialismo moderno, do qual o preconceito racial é um elemento estrutural. Não há colonialismo sem racismo. ----- Mas a segunda metade deste mesmo século XX foi, como sabemos, marcada pelo fim dos vários impérios coloniais. E o repúdio pelo racismo em geral, também veio a registar grandes avanços. O antissemitismo, que havia persistido durante muito tempo, e que persiste, foi remetido à marginalidade, sendo obrigado a ocultar-se. O mesmo sucedeu às formas institucionalizadas de racismo, como as representadas pelo sistema de segregação racial em vigor nos EUA até aos anos sessenta, pelo colonialismo europeu ou pelo “Apartheid” na África do Sul, dominante até aos anos oitenta do século passado, mas mau grado estes avanços, o preconceito racial persiste e reproduz-se sob as formas mais diversas, desde o racismo mais *violento e aberto*, aquele que se revela na morte de um George Floyd, ou, numa outra dimensão, só aparentemente menos violenta, porque não física aquele que questionava a qualidade humana, a identidade humana do primeiro presidente norte-americano identificado como negro, Barack Obama, retratando-o como um macaco, repisando uma antiga imagem racista, com séculos, em que o africano é aproximado dos símios, desde esse racismo, como eu dizia, ao aparente mais subtil, dito *cultural*, em que se assume que os produtos de uma determinada civilização ou cultura são inerentemente superiores às das outras. Em minha opinião, para entendermos a persistência do preconceito do racial, dos nossos dias, há que termos em consideração dois fatores, interligados: a sua história, que é muito longa, e as condições que podem propiciar a sua reprodução, se não forem contrariadas pela nossa ação. -----

----- Começemos por evocar a história do preconceito racial. Uma história que aqui circunscrevo ao Ocidente, não ignorando, todavia, que o preconceito racista ou etno-racial está longe de se limitar às sociedades ocidentais, mas que quase o nosso país se inscreve, é muito mais amplo. -----

----- Não sei se se pode falar, no caso do racismo, ligada à história do ocidente, no início preciso do racismo, mas alguma investigação, pela qual eu sinto uma grande afinidade, filia-o numa genealogia multissecular, colocando as suas manifestações mais antigas, o *proto-racismo*, na própria Antiguidade clássica. Diga-se, de passagem, que qualquer racismo contempla a atribuição de características comuns a grupos de pessoas, características tidas como inalteráveis, em virtude de serem determinadas por fatores externos como o clima, durante muito tempo pensou-se isso, ou pela hereditariedade. -----

----- Na Antiguidade clássica, e muito concretamente na Grécia, enfatizam-se ideias como a de *autoctonia*, o gene do nativismo, era suposto, por exemplo, que os atenienses habitassem desde sempre o seu território, opondo-a à ideia de não nativo, a

de estrangeiro. Assiste-se então nesta época, a uma primeira classificação do *outro*, o não grego, como inferior, como bárbaro. O bárbaro podia ser escravizado legitimamente, de acordo com Aristóteles, por exemplo, na sua política, o bárbaro é excluído da *cidadania*, e o estrangeiro, e da democracia ateniense, tal como são as mulheres e as crianças. Também nesta época se verifica uma proliferação de caracterizações etnocêntricas, em que a *civilização* e a *democracia* são tidas como apanágio dos que habitam territórios de clima temperado, como seria o caso da Grécia, e se acha que o *despotismo* é apropriado para povos que habitam territórios de climas excessivos, como os persas. E, facto muito importante, a *cor negra* e o *cabelo encaracolado* identificados com os *etíopes*, isto é, os africanos subsarianos, passam a ser vistos pejorativamente como inferiores, estabelecendo o contraste com os gregos, o ideal normativo e etnocêntrico de beleza.-----

----- Outros autores propõem histórias diferentes e cronologias diferentes para o preconceito racial. Há quem aponte para a sua emergência na Idade Média europeia, sendo objeto do preconceito os de outra religião, como os *judeus* ou os *mouros*, submetidos à segregação espacial, na judiaria e na Mouraria de Lisboa, submetidos à segregação ocupacional e objeto de massacres e expulsões, como sucedeu com estes. --

----- Está é uma Idade Média em que se reproduz uma simbologia da cor opondo o *branco*, a cor da pureza e da bondade, ao *negro*, símbolo da maldade, do diabólico. E há ainda quem assinala ainda a importância dos estatutos da “*pureza de sangue*”, muito relevantes, nos países ibéricos, que postulavam qualidades distintas entre os grupos humanos, transmitidas hereditariamente, e que visavam separar e discriminar, na Península Ibérica, os cristãos dos outros, nomeadamente os judeus, em Portugal os impuros não podiam aceder a determinados tipos de cargos e não podiam ser nobilitados.-----

----- O período medieval viu também emergir e consolidarem-se os primeiros estados nacionais europeus, e, com eles, as fronteiras, as identificações nacionais, as distinções entre nacionais e estrangeiros, “nós” e os “outros”, os estereótipos coletivos que contribuem para manter o etnocentrismo, a “lealdade portuguesa” versus a “perfidia castelhana”, com eles surgem o orgulho próprio exacerbado, a desvalorização e exclusão do outro e mesmo a sua morte. Por outras palavras, a emergência e afirmação das identidades *nacionais* ou *proto-nacionais*, que ocorre em contextos de conflito, está ligada inerentemente ao preconceito contra o estrangeiro, à xenofobia.-----

----- A identidade nacional não implica necessariamente a exclusão e o nacionalismo não pode ser entendido unicamente na sua vertente agressiva, imperialista e racista. Há diferenças que alguns capturam como opondo o *patriotismo*, simples identificação com a nação, consciência de pertença a uma dada comunidade, e o nacionalismo, identificação ligada ao orgulho etnocêntrico, sentimentos de superioridade e de exclusão à xenofobia. Mas as dimensões ou interpretações exclusivistas e mesmos abertamente racistas da nação que enfatizam o nativismo, a etnia ou raça autóctone, a única com legitimidade para ser cidadã, estas dimensões seque atingiram o apogeu da sua influência entre as últimas décadas do século XIX e o fim da Segunda Guerra

Mundial, não podem ser esquecidas, até porque surgem associadas na atualidade ao ressurgir dos nacionalismos agressivos, ao preconceito racial e a movimentos radicais que pregam a supremacia racial e cujo impacto não devemos desvalorizar. -----

----- Todos os estados nacionais definem quem pode ou não ser nacional, excluindo quem o não é, e outorgando direitos e deveres diferentes consoante se é ou não nacional. Numa era de emigração massiva, cuja direção principal se dirige de Sul para Norte, marcada pela procura da fuga à pobreza ou ao conflito, as barreiras que excluem colocam de fora os mais pobres em geral. A pobreza, ou pobreza relativa, tende a ser a condição da maior parte das vítimas do preconceito, a grande antropóloga norte-americana Ruth Benedict, que escreveu um dos clássicos, que uma das histórias clássicas do racismo, chegou mesmo a escrever, *“a pobreza afasta tanto ou mais e exclui do que a própria cor da pele.”* -----

----- Há dois outros elementos que é necessário destacar nesta genealogia do preconceito racial, pois as suas consequências fazem-se sentir nos nossos dias. O primeiro diz respeito à evolução a partir do século XVIII da chamada “ciência da raça”, que hierarquizava a humanidade em grupos com qualidades diferentes. Os êxitos materiais dos definidos variavelmente como brancos, caucasianos, arianos, germânicos, escandinavos, anglo-saxónicos, as suas conquistas e poder, eram explicados como sendo o produto de uma superioridade rática inata; inversamente, a situação dos dominados seria o sinal de uma inferioridade, congénita, inata. -----

----- Esta pseudociência racial foi muito influente nos séculos XIX e XX. O seu descrédito geral coincidirá, “grosso modo”, com o descrédito do racismo no fim da Segunda Guerra Mundial, mas o seu impacto ainda se faz sentir. -----

----- O segundo elemento importante a ter em conta é representado pela expansão colonial europeia, que levou ao desenvolvimento de vários impérios: britânico, francês, português, holandês, belga, italiano, italiano e alemão, os últimos a chegar, até a Dinamarca possuiu colónias. Esse movimento teve um impacto devastador entre os habitantes das regiões colonizadas. À violência da conquista e expropriação juntaram-se os resultados das doenças a que as populações não eram imunes, sobretudo no continente americano, o que levou ao seu enfraquecimento e mesmo extermínio. E a colonização, tanto no domínio da extração de matérias-primas minerais, os metais preciosos, como animais, o marfim tão importante, no Congo, no chamado Reino Livre do Congo, Rei Leopoldo II, como recursos na produção agrícola em sistema de plantação, açúcar, algodão, café, cacau, esta colonização levou a escravatura a uma expansão sem precedentes. -----

----- Durante séculos, foram transportados milhões de seres humanos do continente africano para o continente americano e para as Caraíbas, fornecendo a mão-de-obra necessária à exploração colonial. Mesmo depois de extinta legalmente a escravatura, subsistiram formas de trabalho forçado que pouco se distinguiram dela. -----

----- Foi perpetrada uma ação de uma violência enorme contra as populações escravizadas. Cabe aos estudiosos portugueses, em que me incluo, estudar e reconhecer esta realidade. -----

----- Cabe a todos nós, cidadãos, confrontar criticamente o passado histórico português questionando as narrativas, que ocultam ou desvalorizam estas dimensões, propondo visões historicamente falsas e eufemísticas da história deste país.-----

----- Estas narrativas prolongam o discurso histórico do Estado Novo, que insistia, contra toda a verosimilhança, na excecionalidade da colonização portuguesa porque nem seria racista nem mesmo determinada por motivos estritamente económicos. Em contrapartida, havia então nesse tempo, um silêncio total sobre os aspetos repressivos que configuravam a dominação colonial, incluindo o papel importantíssimo desempenhado por portugueses e luso-brasileiros no tráfico de escravos.-----

----- Confrontar criticamente este passado e assumi-lo é um imperativo científico, ético e político. Por isso, devemos acolher com aprovação a construção do *Memorial à Escravatura* no Campo das Cebolas, à imagem, aliás, do memorial já existente na cidade de Nantes, uma cidade francesa também muito ligada, até mais do que Lisboa, ao tráfico escravagista.-----

----- Devo dizer, entretanto, que os portugueses, mesmo no período de apogeu do colonialismo português, continuavam a emigrar, para fora de Portugal, para o Brasil e para os EUA, primeiro, e depois para a Europa mais desenvolvida, para como todos fugirem à pobreza da sua terra natal. E, como todos os emigrantes, os portugueses enfrentaram o racismo e a xenofobia. É preciso ver que, para os racistas do Centro e do Norte da Europa e dos EUA, que exaltavam a superioridade nórdica, germânica ou anglo-saxónica, os povos mediterrânicos, os mais morenos, eram tidos como inferiores, suspeitos de estarem inquinados por “sangue” negro, judeu ou mouro, afinal, no dizer de alguns, a *África começava nos Pirenéus*. Por isso, a emigração portuguesa viu fecharem-se-lhe as fronteiras norte-americanas entre os anos 20 e o início dos anos 60 do século passado. Triste ironia. Na época de apogeu do nacionalismo colonial e imperial português, os imigrantes portugueses eram tratados nos EUA como os “*Black Portagee*” (os negros portugueses), inclusivamente por irlandeses católicos, como ele, irlandeses, que também tinham sido vítimas da segregação e do preconceito dos ditos *anglo-saxónicos protestantes dominantes (WASP)*, tal como a primeira pessoa identificada como negro, a ser eleito presidente, foi o recentíssimo Barack Obama, que também no início dos anos sessenta é que um católico, o Kennedy chegou à presidência norte-americana.-----

----- Não me caberá propriamente a mim, mas antes aos membros desta Assembleia Municipal, elaborar propostas úteis ao combate ao preconceito racial no contexto de Lisboa. De qualquer modo, deixo aqui algumas considerações a título de contributo.---

----- Creio que a pedagogia do antirracismo em que se insere a história do preconceito racial nas suas manifestações mais diversas, e que à qual procurei aludir é de importância crucial e que o Município tem um papel fundamental a este respeito não só nesta cidade, como servindo de exemplo a nível nacional. Os organismos municipais, a nível central e das freguesias devem ter um papel nuclear nesta tarefa.---

----- Mas esta deve ser também a pedagogia da relação com as populações que têm sido subalternizadas em Portugal, cidadãos portugueses marginalizados como as populações ciganas constituídas como bodes expiatórios pelos movimentos da direita



radical. E igualmente a pedagogia da inclusão dos imigrantes oriundos do leste europeu, do Brasil, de África ou da Ásia, que habitam entre nós e muitos dos quais ou já são cidadãos portugueses ou também aspiram legitimamente à cidadania portuguesa e ao reconhecimento das suas crenças e culturas. Portugal não deixou de ser um país de emigrantes, enquanto passava a ser sociedade de acolhimento de imigrantes e esta condição comum a uns e outros deve ser sublinhada no debate público. -----

----- Lisboa deve continuar a acolher a diversidade no seu meio, sempre no respeito pelos direitos humanos universais. Essa promoção da inclusão deve processar-se a múltiplos níveis, desde o diálogo com as associações das comunidades imigrantes à inclusão da sua situação e dos seus problemas nas soluções a propor em termos de políticas públicas no domínio do trabalho, da habitação, da saúde, da educação e da cultura, e ao dizer tudo isto, não ignoro que já existem, e de há muito de há décadas políticas neste sentido. -----

----- Há que ter em conta que à condição de imigrante por exemplo, também se soma a mais das vezes a de alguém com menor capital económico e escolar, com menor acesso ao digital, tão crucial nestes dias de pandemia, e com menor capital político, no caso daqueles que não dispõem da cidadania portuguesa. -----

----- As populações imigrantes não só enriqueceram culturalmente a cidade, aumentando, por isso, o seu atrativo, em matéria de acolhimento dos viajantes, Lisboa transformou-se um símbolo de diversidade cultural, como os imigrantes vieram manter um conjunto de ocupações vitais para o conjunto da população. Quem, por exemplo, numa cidade que envelhece, num país que envelhece, poderia assegurar, sem o seu contributo, por exemplo, o cuidado dos mais velhos, muitos dos quais isolados e doentes em casa? E, para além disso, toda uma infinidade de tarefas que, nem por serem mal remuneradas, deixam de ser essenciais para a nossa vida coletiva, como aliás, no ano passado enfatizava bastante durante a primeira fase do confinamento. Por isso, devem envidar-se todos os esforços para os integrar, combatendo o preconceito, e fazendo-o em articulação com medidas inclusivas para todos, combatendo assim os que procuram atizar o ressentimento de alguns dos mais frágeis contra os outros. A resposta ao preconceito será dada por uma cidade mais esclarecida acerca das suas raízes históricas, acerca das condições em que assentou o seu florescimento como capital imperial e será dada por uma sociedade, sem dúvida mais inclusiva. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Professor José Manuel Sobral.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, a Mesa informa que a bancada municipal do Partido Socialista nesta sessão, é representada pela Senhora Deputada Romualda Fernandes:” -

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, agradeço mais uma vez ao Professor José Manuel Sobral, esta brilhante introdução, penso que deixou aqui muitas pistas para a nossa reflexão coletiva, e é com muito prazer que vou dar a palavra à Senhora Doutora Sónia Pereira, Alta Comissária para as Migrações, como Alta Comissária para as Migrações, preside à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, o que provavelmente, nos permitirá dispor de alguns dados sobre esta matéria em Lisboa. -----

----- É Doutorada em Geografia Humana pela Universidade de Lisboa, 2009, Mestrado em Migration Studies, pela Universidade de Sussex, em 2003. Licenciada em Economia, pela Universidade Técnica de Lisboa, em 1998. -----

----- Foi responsável pela coordenação do Projeto de Assistência do Governo de Reinstalação de Refugiados, na Organização Internacional para as Migrações. Investigadora da Organização Internacional do Trabalho. Especializou-se desde 2002, na área das migrações e políticas migratórias, centrando as suas pesquisas no tráfico de seres humanos, nas práticas sócio espaciais, na migração laboral, na inclusão sócio económica, assim, como na apreciação artística e política das pessoas emigrados. -----

----- Por último, a Doutora Sónia Pereira, digamos, entrou um pouco depois, porque esteve numa iniciativa da Semana dos Refugiados, no dia 20, é o Dia Mundial dos Refugiados, e o ACM (Alto Comissariado para as Migrações), apoia e participa ativamente num conjunto de iniciativas, relativamente, aos refugiados, portanto, eu dito isto, dou com muito prazer a palavra à Doutora Sónia Pereira, que vai intervir por videoconferência, tem a palavra, Senhora Doutora.” -----

----- **A Senhora Doutora Sónia Pereira na qualidade de Oradora Convidada:** -----

----- “Muitíssimo obrigada, Senhor Presidente, -----

----- Muito boa tarde, também, agradeço muito este convite e a oportunidade por participar e agradeço também a compreensão efetivamente a celebração do Dia Mundial do Refugiado, através deste conjunto de iniciativas, que o Alto Comissariado para as Migrações, promoveu durante esta semana, é também, muito importante para nós, e é um mecanismo que valorizamos muito, de resto como a Cidade de Lisboa também, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas da Assembleia Municipal, também muito boa tarde.-----

----- Caro Professor José Manuel Sobral, também um cumprimento muito especial, e é com muito gosto que participo aqui neste debate tão importante sobre a forma de combater o preconceito racial sem preconceitos, nesta dupla vertente, quer de Alta Comissária para as Migrações, quer também por inerência de cargo como Presidente da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial.-----

----- Esta Comissão é o órgão que em Portugal tem como missão a prevenção, proibição e sancionamento das práticas discriminatórias, em razão da pretensa a determinada origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem. -----

----- Relembro, que decorridos mais de três anos, desde a entrada em vigor da Lei nº 93/2017, de 23 de agosto, mantém-se a tendência crescente no número de queixas participações e denúncias apresentadas a esta Comissão, a CICDR, o que traduz também uma maior visibilidade dos mecanismos de reporte, fazendo com que casos

de efetiva discriminação racial cheguem também ao conhecimento das autoridades competentes.-----

----- É de realçar também que o contexto pandémico que vivemos, veio acentuar desigualdades e a discriminação racial. As situações ocorridas sobretudo nas plataformas digitais, as vulgarmente conhecidas redes sociais, teve um aumento significativo, é, pois, um fenómeno que nos deve preocupar e que devemos em conjunto debelar, contribuindo estas ações, como este debate tão importante que aqui é promovido hoje para a sua paulatina erradicação, mas também para melhorar o nosso conhecimento comum acerca dos direitos fundamentais, no que toca à matéria de igualdade e combate à discriminação.-----

----- Esta Comissão, atua em matérias concretas, diz respeito, a acesso a bens e serviços, educação, cultura, saúde, apoios sociais e habitação, tal como está definido na Lei nº 93 de 2017. Todas as outras áreas em que a discriminação possa ser reportada mesmo que seja a CICDR, é remetida para as autoridades que têm competência para atuar noutros domínios.-----

----- Esta Comissão tem uma formação alargada, que é composta por 32 conselheiros e conselheiras, que incluem representantes dos partidos políticos com assento parlamentar, de gabinetes do Governo, gabinetes dos governos regionais, de associações de migrantes, também de pessoas ciganas, de direitos humanos e antirracistas, centrais sindicais, associações patronais, e ainda personalidades de reconhecido mérito. Dispõe também de um gabinete técnico, que funciona junto do ACM, que inclui, neste momento, sete juristas e dois técnicos administrativos, que são responsáveis pelas atividades quotidianas desta Comissão.-----

----- No âmbito da sua missão, a Comissão tem duas vertentes de atuação principais, por um lado, receber e analisar queixas de discriminação racial, bem como instaurar processos de contraordenação e aplicar coimas e sanções, aos casos de efetiva violação da lei e publicitá-lo, recolher informação relativa a práticas discriminatórias e a aplicação de sanções, prestar todo o apoio e informação necessários às vítimas de discriminação, para que possam defender os seus direitos, e depois tem uma outra área de atuação que tem a ver com a formação, a sensibilização, a educação, em matéria de promoção dos Direitos Humanos de prevenção e combate à discriminação racial, bem como também de fazer recomendações a nível legislativo, regulamentar e administrativo, que se considere adequado, para prevenir, proibir e combater a discriminação racial.-----

----- Anualmente, a Comissão pública também, o Relatório sobre a situação da Igualdade e da não Discriminação em Portugal, este relatório é submetido à Assembleia da República, e publicado no *site* da CICDR.-----

----- São objetivos deste relatório, ser um barómetro da atual situação da discriminação racial e étnica em Portugal, bem como de desafios futuros e potenciar a procura de soluções mais ajustadas para a problemática da discriminação racial e étnica no panorama nacional, cuja verdadeira dimensão pode permanecer escondida, ou seja este relatório tem tido essencialmente um carácter nacional pelo que, de facto, é muito importante que a nível municipal também, e que o papel muito importante das

assembleias municipais, possa haver um maior conhecimento e atuação também a este nível, dadas as especificidades também e diversidade dos municípios.-----

----- Relativamente à receção e tramitação de queixas, eu gostaria de partilhar convosco alguns dados recentes que se referem ao total nacional, mas também especificamente ao caso de Lisboa e, neste caso, lamentar que apenas temos disponíveis dados para divulgar relativamente ao distrito de Lisboa, portanto, é um pouco mais amplo do que aquilo que é a cidade de Lisboa, mas ainda assim é ilustrativo daquilo que se passa na nossa região a nível distrital.-----

----- O total de queixas recebidas pela CICDR em 2020, foi de 655, no primeiro trimestre deste ano, já recebemos 133, o que dá um total de 788 queixas, e destas 87, em 2020, diziam respeito ao distrito de Lisboa e no primeiro trimestre de 2021, 22 queixas dizem respeito ao distrito de Lisboa, o que se situa mais ou menos uma percentagem no total de queixas entre 13% a 16,5%.-----

----- Relativamente às áreas a que dizem respeito as queixas em que se revela este reporte da situação de discriminação, são essencialmente, três, na área do comércio, que tem a ver com situações ocorridas em lojas, estabelecimentos comerciais, supermercados, por exemplo, ou restaurantes ou cafés, assim como discotecas e bares, um total de 15, em 2021, também na vida social e privada e aqui dizem respeito a situações do foro pessoal e privado e reportaram queixas neste domínio, 14, no primeiro trimestre de 2021, e também no que diz respeito à situações de vizinhança, que tem a ver com o foro pessoal e privado, mas envolvendo proximidade habitacional entre a vítima e o denunciado, e neste domínio reportaram 11 queixas em 2020, e duas, no primeiro trimestre de 2021.-----

----- Seguem-se as áreas, laboral e educação, com um número inferior de queixas, mas ainda assim e com percentagens superiores a outras áreas, estes são as principais áreas em que houve manifestação de queixa.-----

----- Em termos de fator de discriminação. Neste caso, a nacionalidade e a cor da pele representam mais de 50% do total de queixas apresentado, quer em 2020, quer no primeiro trimestre de 2021, e aprofundando um pouco mais a principal expressão indicada como fundamento da discriminação, é ter nacionalidade brasileira, e aqui importa recordar que a maior comunidade de emigrantes, neste momento em Portugal é a brasileira, portanto, é uma situação que, de alguma forma nos deve preocupar, porque há um fator discriminatório visível nas queixas que são apresentadas à CICDR, que tem a ver com ter nacionalidade brasileira, o que tem alguma relevância no distrito de Lisboa, e a nível nacional, dada a sua dimensão enquanto número de residentes estrangeiros.-----

----- Também aparece logo a seguir o fator cor negra, ser negro, preto ou raça negra, que são indicados como fator de discriminação e ambos superam os 25% das queixas. A seguir, em termos de principal expressão indicada como fundamento, da discriminação, é ser estrangeiro ou imigrante em geral, portanto, são estes os fatores que são apontados nas queixas como fator de discriminação.-----

----- Em termos de distribuição por sexo das alegadas vítimas existe uma paridade em 2020 entre o sexo feminino e masculino, e há ainda grupos mistos ou sem

determinação em que podem ser, a queixa pode dizer respeito a um grupo social específico ou ser um coletivo, já em 2021, o sexo feminino representa uma percentagem maior do total de queixas apresentadas, e este é o panorama no que diz respeito às queixas. -----

----- Há uma outra área de intervenção importante daqui, que de que tem a ver com a sensibilização, com a formação e a informação, e se eu pudesse partilhar o meu ecrã, podia dar-vos uma imagem mais visual, digamos assim do tipo de ações que têm sido desenvolvidas neste âmbito.-----

----- Há uma área importante que tem a ver com a condução que tem que ver com ações de promoção e de sensibilização para vários atores. Temos em concreto, protocolos com a PSP e a GNR, que resultam num grande número de ações de formação nesta matéria anualmente. Com a GNR temos um protocolo para formação não só para os militares da GNR, mas iniciámos recentemente também um projeto que é dirigido à Escola Segura, e que envolveu o desenvolvimento de um conjunto de materiais, pelo ACM, aqui o CICDR, também, uma área da educação para a interculturalidade do ACM, em que os materiais foram desenhados especificamente para que os militares da GNR envolvidos na Escola Segura, pudessem aplicá-los nas escolas, e sabemos que já foi aplicado num grande número de escolas e já atingiu mais de seis mil alunos, e também, um número grande de professores. -----

----- Para além destas ações de maior intensidade, digamos assim que realizamos com a PSP ou a GNR, também temos ações que desenvolvemos em conjunto com a Polícia Judiciária, e também com a Direção-Geral de Reinserção Social e de Serviços Prisionais, para além destas, há também outras formações e sessões informativas que realizamos para entidades públicas, sociedade civil, etc, e neste sentido também a Assembleia Municipal, através da sua rede diária de intervenção tiver interesse em que a CICDR possa desenvolver alguma ação em concreto, também estamos sempre disponíveis para o fazer. -----

----- Relativamente à divulgação, para assinalar os três anos da Lei n.º 93 de 2017, de 23 de agosto, foram criados vários cartões para sensibilização no âmbito da discriminação, quer com vista ao entendimento do que é que pode ser uma situação de discriminação, quer também para formar no sentido de se permitir o acesso aos mecanismos que permitem a defesa dos direitos perante situações de discriminação e nos vários domínios em que ela pode ocorrer como podem ver aqui, este é um exemplo dos cartões. Estes cartões foram divulgados nas redes sociais, mas também amplamente por toda a nossa rede de parceiros, e também, fizemos uma divulgação específica através da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, para poder ser utilizado como material pedagógico nas escolas, para trabalhar estas matérias. -----

----- Também muito dirigido às escolas ou área da educação, mais para crianças e jovens, porque também esta é uma área em que a CICDR tem procurado intervir, logo desde as idades menores, para se começar a criar logo desde cedo esta consciência do que é que pode constituir discriminação ou atitudes discriminatórias com base, nestas categorias étnica ou raciais, “As cores da cidade cinzenta”, é também, um livro que é

bastante utilizado para este fim, em colaboração com as escolas e continua a ser um instrumento importante de atuação, neste âmbito. -----

----- Vou agora parar de partilhar o meu ecrã., já terminei a partilha, muito obrigada. -  
----- Para além destes materiais e uma vez que também existia este desafio, por parte da Assembleia Municipal, de pensar algumas ações que a nível da cidade pudesse fazer sentido, pensar como forma de intervenção nesta matéria, eu gostava também de partilhar convosco, algumas ideias que podem ter relevância a nível municipal, e que estão alinhadas com o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação, que foi recentemente apresentado, e que também foi submetido a consulta pública, cujos resultados estão neste momento em análise. -----

----- Em algumas áreas que foram identificadas, no âmbito da elaboração deste plano, que podem ter também um reflexo, e uma aplicação a nível municipal. -----

----- Uma primeira área tem a ver com a empregabilidade, nomeadamente, naquilo que diz respeito à promoção de práticas de recrutamento, que assegurem a igualdade, assim como também, nos processos de progressão na carreira, e é evidente, ou foi evidente no âmbito da elaboração deste plano, que é importante que a composição, nomeadamente, dos serviços públicos, mas também do setor privado, possam refletir aquilo que é cada vez mais a realidade da nossa sociedade, e que é, como sabemos, diversa e especialmente diversa na cidade e no distrito de Lisboa.-----

----- Também a nível da educação, se realçou que é importante a diversificação de conteúdos, nomeadamente, naquilo que diz que respeito e mais na alçada da autarquia, tudo o que sejam programas curriculares extra, nomeadamente, atividades extracurriculares ou programas que possam acrescentar-se àquilo que é o currículo pedagógico desenvolvido nas escolas, e que permitam esta introdução dos temas que têm a ver com a nossa história, como aqui ouvimos dizer e muito bem, pelo Professor José Manuel Sobral, aquilo que tem a ver com este nosso percurso histórico e garantir que os materiais que são trabalhados, no âmbito daquilo que é a atividade escolar, que inclui não só a atividade escolar em si, mas tudo aquilo que compõe a vivência do espaço escolar, possa também refletir essa nossa história mais antiga, mas também contemporânea.-----

----- A questão do acesso à rede pré-escolar, também, é fundamental, estas dificuldades no acesso à rede pré-escolar, afetam de forma mais intensa as crianças destes contextos mais vulneráveis, os imigrantes mais recentes, descendentes de imigrantes, e seria importante promover também esse acesso, assim como também o acesso facilitado a atividades desportivas e culturais que muitas vezes, estes grupos encontram dificuldade por várias razões em aceder. E depois na sequência daquilo que também partilhei convosco, tudo o que tem a ver com campanhas de informação e sensibilização, que permitam a valorização da diversidade, bem como o seu contributo para o funcionamento e o dinamismo da cidade, mas também, alertando para o conhecimento de direitos e para os mecanismos que existem e que estão disponíveis, para reportar situações de discriminação, e mais uma vez aqui concluindo, realçar e destacar que é aqui que a CICDR está sempre disponível para colaborar convosco, na

medida, em que entendam, que é importante e interessante para desenvolver estas ferramentas e mecanismos.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- (O **PowerPoint** apresentado pela Doutora Sónia Pereira fica anexado a esta Ata como o **Anexo I**)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Eu queria agradecer à Doutora Sónia Pereira, pelo seu contributo, deixou aqui como responsável da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, e como Alta Comissária para as Migrações, um conjunto de indicações importantes, juntamente com o enquadramento que o Senhor Professor José Manuel Sobral, e com algumas sugestões que ele fez, penso que realmente foram duas intervenções muito boas, para início deste nosso debate, e, portanto, agora cabe a palavra aos diferentes partidos representados nesta assembleia e, portanto, peço aqui à minha Colega, à Segunda Secretária que dê a palavra conforme as inscrições.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria, do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente,-----

----- Caros Colegas e Público presente.-----

----- Gostaria de começar por cumprimentar a Senhora Alta Comissária para as Migrações, a Doutora Sónia Pereira, e o Professor José Manuel Sobral, pelas suas intervenções e pela sua presença aqui.-----

----- Quero também saudar a Assembleia Municipal de Lisboa, na pessoa do Senhor Presidente José Leitão, pela realização deste importante debate.-----

----- Caros colegas, na noite de 10 de Junho de 1995 e na madrugada do dia seguinte, Lisboa foi "varrida" por um grupo de skinheads que, com uma violência extrema, saíram à rua para espalhar o ódio racial e espancar cidadãos com tom de pele diferente da sua.-----

----- O resultado desta brutal onda de ódio que deixou cicatrizes profundas na sociedade portuguesa, e que ainda hoje não estão totalmente cauterizadas, foi a hospitalização de mais de dez pessoas com ferimentos graves, tendo uma das vítimas sucumbido aos ferimentos que cobardemente lhe foram infligidos. Chamava-se Alcindo Monteiro, tinha 27 anos e era natural de Cabo Verde.-----

----- O crime perpetrado contra este cidadão, que foi morto à pancada apenas por ter uma cor de pele diferente da do seu assassino, permanece como um dos crimes mais hediondos da democracia portuguesa.-----

----- Vinte e seis anos depois, e apesar de não ser visível uma tensão social aguda de base étnico-racial em Portugal, a verdade é que uma certa retórica racista tem vindo a ser crescentemente utilizada na arena política e continuamos longe de um sentido de

justiça igualitário para todos ao mesmo tempo que no nosso País se vive um estranho movimento de remoção ou profanação de símbolos associados à expansão ultramarina portuguesa, impulsionado em todo o mundo pela morte de um afro-americano George Floyd. -----

----- O problema do racismo não é de hoje, como afirmou, e bem, o Professor José Manuel Sobral, ele é tão antigo quanto a própria humanidade, foi e é apanágio tanto de regimes fascistas e nazis como de regimes comunistas passados ou contemporâneos, que convém não esquecermos. -----

----- Caros colegas, a realidade é que em pleno século XXI as minorias étnicas continuam sub-representadas, não só nas instituições políticas, sociais e académicas portuguesas, como também nos centros de poder europeus onde se constata que 97% dos eurodeputados são brancos e que, no órgão executivo europeu, a Comissão, todos os 27 Comissários europeus são brancos! -----

----- Já no campo da justiça as coisas não estão melhores e, apesar do significativo aumento das queixas por discriminação racial, as condenações por crimes de discriminação e incitamento ao ódio racial e à violência continuam a ser pouquíssimas. -----

----- A tudo isto acresce o triste registo do nosso País ser sistematicamente referido nos Relatórios do Conselho da Europa sobre violência policial contra negros e ciganos, sobre a sobrerrepresentação de pessoas racializadas em trabalhos precarizados, sobre a discriminação no acesso aos cuidados de saúde, sobre o racismo institucional nas escolas portuguesas, onde a maioria dos alunos afrodescendentes têm as piores notas e mais probabilidades de vir a reprovar nos exames nacionais, sobre uma lei de imigração que mantém na ilegalidade milhares de cidadãos presos nas malhas do poder discricionário do SEF e sobre a ausência de participação política das minorias, tudo isto são a face má de uma história que devemos denunciar sem preconceito, como se refere no mote deste debate. -----

----- E é por tudo isto que acredito que a pergunta que hoje aqui se impõe para reflexão não é se há ou não racismo na nossa sociedade, mas antes quão racistas somos! -----

----- Na sequência do Plano de Ação da União Europeia contra o Racismo para 2020-2025, o nosso País tem este ano, pela primeira vez na sua história, um verdadeiro Plano Nacional de Ação contra o Racismo e a Discriminação, que visa sobretudo as comunidades africanas, afrodescendentes e ciganas e onde se destacam, de entre as várias medidas previstas pelo governo português, ações concretas para corrigir estas desigualdades como a introdução de quotas nas universidades para as minorias, à semelhança do que já se pratica há anos no Brasil, bem como formas de «recrutamento cego» junto da administração pública, com o objetivo de aumentar a diversidade e assegurar maior igualdade tanto no acesso como na progressão, por parte de pessoas oriundas destes grupos minoritários e discriminados. -----

----- Mas, caros colegas, convenhamos que não se combate o racismo e promove a integração das minorias étnicas com o derrube de monumentos ou de meros expedientes legislativos. -----



----- A solução, no entendimento do Partido da Terra, passa em primeiro lugar por pôr cobro ao clima de impunidade que se instalou no nosso país no que respeita aos crimes raciais, identificando e condenando os seus autores, pela efetiva implementação de políticas públicas pró-igualitárias, pelo conhecimento da composição étnico-racial da população portuguesa, que esperamos o Censos deste ano seja um importante instrumento para esse fim, por campanhas de educação e de sensibilização contra todas as formas de discriminação e racismo desde o ensino pré-escolar ao ensino superior, e pela melhoria da qualidade de ensino nas escolas dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, onde as políticas educativas dos governos socialistas e de algumas autarquias têm sistematicamente falhado. -----

----- Mas, enquanto continuarem a ser assassinadas pessoas pela cor da sua pele, como aconteceu ao ator Bruno Candé no ano passado, enquanto proliferarem frases de índole racista nas fachadas de estabelecimentos de ensino universitário e secundário, enquanto jornalistas continuarem a identificar como “preta” uma deputada da Assembleia da República e enquanto, como hoje aqui nesta Casa e neste debate, olhamos em volta e não vemos a diversidade étnico-racial desta cidade aqui refletida, torna-se evidente que continuará a existir um hiato entre o preconizado e o concretizado até ao momento e que resta um longo caminho para construirmos uma sociedade mais plural, justa, solidária e coesa!-----

----- Termino, Senhor Presidente, informando que iremos votar favoravelmente a recomendação apresentada pelo PEV no âmbito deste Debate.-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões, do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Membros da Mesa,-----

----- Senhores Deputados e restantes presentes em online. -----

----- Queria também cumprimentar o Doutor José Manuel Sobral e a Doutora Sónia Pereira, pelos interessantes assuntos que aqui nos trouxeram. -----

----- A realização deste debate ganha importância acrescida, tendo em conta a atualidade do tema em causa, mas também como uma ferramenta desmistificadora para que todos aqueles que negam a existência do racismo. -----

----- O racismo existe, e é transversal a sociedades, e também à sociedade portuguesa. -

----- O racismo está alicerçado na fragilidade social e económica, agravado pela falta de políticas inclusivas que se vão fomentando nas discriminações e nas segregações.---

----- É no atropelo dos direitos fundamentais na falta de soluções e respostas, que se vão abrindo brechas e permitindo que o racismo e a xenofobia, conquistem o terreno.--

----- Tem existido um crescente populismo, inerente ao descontentamento da população, aos ataques que estão com base nos ataques de direitos de trabalhadoras e ao aumento, como aqui já foi dito e repetido, ao aumento da pobreza e que tem

permitted a que forças de extrema-direita promovam discursos de ódio, discursos discriminatórios e preconceituosos, inventando e incentivando a divisão de homem contra homem, estigmatizado pelas diferentes físicas visíveis ou não, do tom da pele, mas também pelas suas nacionalidades. -----

----- Estes discursos têm o propósito de responsabilizar quem não tem culpas, mas também tem servido como uma arma da discórdia para escudar políticas de insucessos capitalistas. -----

----- Não se pode negar o racismo, que tem por vários pontos ideológicos ao longo da história, mas também não há que negar as segregações sociais, a exclusão nem a marginalização, é preciso combater todas as desigualdades em várias frentes. Desigualdades essas com as quais nos deparamos no dia-a-dia, mas também desigualdades essas que são institucionais. Desigualdades que encontramos nas escolas, que encontramos no trabalho, desigualdades que encontramos na saúde, na habitação, na justiça e na própria participação política. -----

----- Um país onde existe traços de racismo institucional e não institucional, e que são agravados também por políticas, que promovem todas as ações, que levem às desigualdades sociais, há que tirar responsabilidades políticas destas ações, há que exigir também coragem para reverter esta situação. -----

----- O PCP tem defendido desde sempre na sua luta ideológica, o combate das ideias racistas e xenófobas, e é no seu programa eleitoral que pode provar isso. -----

----- O PCP promove travar um forte combate contra as manifestações de racismo e xenofobia na sociedade portuguesa, e adotar medidas de defesa e promoção dos direitos sociais e laborais, que facilitem a integração dos imigrantes, é neste sentido, e neste sentido apresentou já diversas propostas, apenas mencionamos algumas, como a ratificação por Portugal da Convenção Internacional da ONU, que facilita o direito ao reagrupamento familiar, a alteração da Lei da Imigração, nomeadamente, no que se refere ao fim do sistema de cotas (*inaudível*) alteração do serviço estrangeiros de fronteiras, com simplificação e desburocratização dos processos de regularização de todos os serviços (*inaudível*) com capacidade de respostas mais eficazes contra os traficantes de mão de obra imigrante e às redes de tráfico de pessoas. -----

----- O PCP valoriza a intervenção e a luta dos movimentos antirracistas, que exigem a convergência e a unidade de todos os setores democráticos, defendendo que no momento atual, a grande estratégia de combate ao racismo de que Portugal necessita passam por ser efetivados os valores e o projeto constitucional, que não só repudia o racismo, como pugna por políticas para lhe fazer frente. -----

----- Passa também por uma mais apertada fiscalização na aplicação da legislação que existe, passa pela dignificação do trabalho, pela defesa dos direitos e salários dignos de todos os trabalhadores, de acesso à educação para todos de igual forma, a todos os graus de ensino, à saúde, à habitação condigna, à segurança e à justiça para todos. -----

----- No PCP, repudiamos e condenamos qualquer expressão de racismo, há em Portugal, quem o promove e o alimenta. -----

----- A luta antirracista faz parte da história do PCP, mas também faz parte da luta presente, a luta de todos os dias, pela nossa parte não pouparemos esforços para que o

racismo e a xenofobia, sejam combatidos e erradicados em todas as suas expressões não só pelo imperativo constitucional, mas sim por toda a exigência democrata. -----

----- O racismo não é apenas manifestado na cor da pele, o racismo é manifestado pela ideia cultural, que existe de que há um homem superior a outro, enquanto isto acontecer, vai haver racismo. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira, do PEV.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente,-----

----- Senhores Secretários,-----

----- Senhores Deputados e Caros Convidados. -----

----- “Os Verdes” saúdam a realização deste debate sobre um tema que continua a ser muito pertinente, porque o preconceito racial existe e é preciso debater, sensibilizar e mudar mentalidades e comportamentos.-----

----- Saudamos os oradores convidados e agradecemos os importantes e interessantes contributos que nos trouxeram, e não podemos deixar de endereçar também uma palavra aos movimentos antirracistas pela sua intervenção e luta, porque esta é uma área que exige uma ampla convergência entre vários sectores. -----

----- O preconceito racial é um obstáculo à construção de uma sociedade onde a diversidade e a multiculturalidade sejam, em si, uma riqueza e onde, independentemente da cor, da etnia, do território de origem ou da língua, haja inclusão e não exclusão. -----

----- “Os Verdes” repudiam discursos e atitudes sustentadas no racismo e na xenofobia contra negros, ciganos, islâmicos, contra refugiados, que procuram sobreviver e escapar à guerra, ou contra imigrantes que se deslocam para Portugal para trabalhar. -----

----- Somos um país de muitos emigrantes, Lisboa é uma cidade intercultural, e temos a obrigação de saber acolher aqueles que, como muitos portugueses, foram para outros países em busca de uma vida digna. -----

----- Recuperamos o princípio da igualdade presente na Constituição da República Portuguesa, no artigo 13.º, que determina que “*Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei*” e que ninguém pode ser prejudicado ou privado de qualquer direito, por exemplo por razões de ascendência, raça, língua, território de origem e outras. -----

----- No entanto, persistem discriminações dirigidas a pessoas, grupos e comunidades, devido à sua origem étnico-racial.-----

----- O racismo é uma violação dos Direitos Humanos e tem consequências muito negativas e existem múltiplas formas de desigualdade que se podem refletir em maiores dificuldades no acesso ao emprego, à educação, à habitação, à justiça, entre muitas outras áreas. -----

----- É verdade que temos assistido a uma evolução ao longo dos anos, mas não chega e ainda há alguma fragilidade e insuficiência nas políticas públicas de combate à discriminação racial. Portugal continua a ser palco de múltiplas desigualdades que afetam sobretudo grupos socialmente vulneráveis. -----

----- Há vários instrumentos e compromissos, municipais, nacionais e internacionais, com vista à igualdade e ao fim da discriminação racial, mas, ao mesmo tempo, há manifestações preocupantes de um racismo estrutural enraizado que priva as pessoas afrodescendentes, ciganas e de outras comunidades racializadas dos seus direitos fundamentais, e isto é inaceitável. -----

----- As boas intenções e a igualdade não podem ficar apenas no papel e, verdade seja dita, em Portugal por vezes alguns dos compromissos assumidos têm encontrado dificuldades específicas para a sua implementação no terreno, devido à história colonial e também pós-colonial do País. -----

----- Ocasionalmente, surgem episódios que nos mostram que os comportamentos racistas construídos sobre generalizações e preconceitos estão presentes e não podem ser considerados normais ou banais, nem podem ser silenciados, ignorados ou desvalorizados. -----

----- Alguns casos, pelo mediatismo que ganham, chamam mais a atenção para este problema, mas, mesmo sem mediatismo, o Estado tem obrigação de condenar qualquer atitude discriminatória, assim como lutar pela prevenção e erradicação do racismo. -----

----- É grave que alguns vejam nas dificuldades e nos problemas do país, como o desemprego, a pobreza, a precariedade, os baixos salários, uma forma de promover o populismo, os retrocessos, os preconceitos e as discriminações. Que ninguém tenha dúvidas que as manifestações de racismo e xenofobia crescem quando não há resposta aos problemas do país e das pessoas. -----

----- É preciso valorizar as pessoas, como seres humanos, independentemente da cor, é preciso garantir direitos e qualidade de vida, numa sociedade inclusiva, que não julga, não exclui e não maltrata. -----

----- Estamos muito mal quando, num país onde ainda há preconceitos e episódios lamentáveis, se organizam manifestações para defender a ideia de que em Portugal não há racismo. Tal como estamos muito mal perante qualquer tipo de posição que permita, impunemente, a realização de encontros de organizações fascistas e racistas, quer sejam nacionais ou europeias. -----

----- Numa altura em que proliferam os discursos de ódio e de intolerância e em que o populismo se espalha como um vírus, é preciso responder com medidas firmes e eficazes, uma vez que a desinformação e o preconceito são terrenos férteis para a discriminação. É preciso reafirmar que os imigrantes, os refugiados, os requerentes de asilo, as minorias, as diferentes etnias não são uma ameaça, todos são cidadãos com direitos iguais, que devem ser protegidos, e as políticas nesta área devem ser centradas na dimensão humana, na igualdade, na inclusão e na coesão social. -----

----- Debater é importante, mas precisamos de medidas concretas para a evolução que se impõe, pois é de direitos humanos que falamos. -----

----- Das instituições e entidades públicas esperamos que sejam exemplares na sua forma de agir. Mas temos assistido a casos, noutros países, mas também em Portugal, que levantaram uma vasta onda de indignação, porque das instituições espera-se o primeiro passo para o cumprimento do dever de agir em prol da não discriminação, do dever de respeito por todos os cidadãos e pelos direitos humanos em geral, sem recurso a atitudes amplamente desproporcionais.-----

----- Como se sabe, a educação é um pilar estruturante de uma sociedade e tem um papel fundamental na formação dos indivíduos, pelo que se deve apostar fortemente nesta vertente. O sistema de educação deve ser agregador, assente nos pilares do respeito pela diversidade social e cultural.-----

----- Precisamos de instrumentos, nacionais e municipais, e dos devidos meios, de prevenção e erradicação do racismo, em estreita articulação com as organizações que trabalham sobre a matéria, que contribuam para a igualdade e a inclusão de todos os cidadãos, nomeadamente no acesso equitativo à habitação, aos cuidados de saúde, à promoção do emprego, ao acesso à justiça, à cultura, à participação e à representação das populações.-----

----- Igualmente importante é o balanço dos vários instrumentos e compromissos existentes, para saber o que está a falhar e fazer mais e melhor. Há legislação, mas tem de ser acompanhada de fiscalização e de meios adequados.-----

----- Devem ser desenvolvidas campanhas antirracistas e pela igualdade de forma permanente nos vários meios disponíveis e nos diversos serviços, nas escolas, nos espaços desportivos, entre outros.-----

----- É também preciso apostar na formação especializada dos profissionais de vários sectores contra o racismo, a xenofobia e a discriminação étnico-racial. Sobre os mediadores socioculturais, é tempo de valorizar o seu importante papel e garantir que existem nos vários serviços municipais e nas escolas, onde são essenciais, fazendo a ponte entre os estudantes, as escolas e as famílias, com o objetivo de combater o insucesso, o absentismo e o abandono escolar.-----

----- Aqui, salientamos que o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Lisboa 2018-2020 evidenciava a falta de mediadores socioculturais a atuar nos territórios como um dos problemas, e também, o plano para 2020-2022 está atrasado, estará para breve a sua aprovação, de qualquer forma está atrasado neste momento, e é algo que deve ser evitado de futuro.-----

----- Face a tudo isto que acabamos de dizer, felizmente não precisamos de inventar nada. Temos uma Constituição da República Portuguesa que dá resposta a estas questões. O que é preciso é que a realidade do dia-a-dia seja regida por esses princípios e que se trabalhe permanentemente para o fim do preconceito e pelo respeito pela diferença.-----

----- Por fim, para o PEV, enquanto partido ecologista, estas e outras questões ligadas à igualdade continuarão a ser uma prioridade, continuando a dar o seu contributo para a construção de uma sociedade inclusiva, mais justa, tolerante e de plena igualdade, porque uma sociedade ecologista é uma sociedade onde todos têm lugar.-----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Romualda Fernandes, do Partido Socialista.”

----- **A Senhora Deputada Municipal Romualda Fernandes (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente, e cumprimento a Mesa, aos Senhores e Senhoras Deputadas, cumprimento igualmente a Senhora Alta Comissária Doutora Sónia Pereira e o Professor José Manuel Sobral, que nos trouxe um brilhante enquadramento sobre esta temática, igualmente à Senhora Alta Comissária, que também nos trouxe dados muito importantes para nos orientar neste debate. -----

----- Saúdo, o Grupo Municipal do Partido Socialista, na pessoa do seu líder que eu agora neste momento substituto, o Senhor Deputado Manuel Lage, por terem promovido este debate na especialidade, subordinado ao tema “*Combater o preconceito racial sem preconceito*”.-----

----- Saúdo igualmente os Deputados representantes de todas as forças políticas presentes nesta casa, por terem viabilizado esta iniciativa.-----

----- O desafio que o preconceito racial coloca à nossa sociedade, não deixa dúvidas que é um combate de todos, por todos, que partilham os valores do pluralismo, da diversidade e da igualdade entre os seres humanos. A ideologia que pretende agrupar a diversidade humana em supostas raças e etnias intrinsecamente desiguais, em que umas têm superioridade e poder sobre outras, ideologia essa que legitimou a escravatura, o colonialismo, e o trabalho forçado, como o Professor José Manuel Sobral, bem nos definiu.-----

----- Apesar de deslegitimada pelos trágicos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, as consequências continuam presentes na nossa sociedade, pese embora serem hoje convocados, outros fatores de diferenciação.-----

----- A linguagem dos estereótipos negativos e preconceitos, atribuídos a pessoas percecionados como sendo membros de um grupo ou de uma suposta raça ou etnia considerada inferiores, constituem a base de legitimação de um tratamento, pior dado a essas pessoas do que aquele que seria dado a um membro de um grupo percebido como superior.-----

----- Este tratamento discriminatório negativamente, deve merecer nesta casa da democracia, um questionamento de uma forma muito incisiva sobre a formas, através das quais se manifestam preconceitos raciais e discriminações e repudiá-las sistematicamente.-----

----- O regresso da extrema-direita como movimento global, que também nos atinge, promovendo uma lógica de pertença nacionalista racista, afirmando, ideais contrários aos das sociedades democráticas e igualitárias, conduz-nos e diz-nos a relevância e pertinência de um debate social público, constante no quadro das regras democráticas sobre o racismo ou a discriminação é razão de uma suposta raça e etnia.-----

----- O Partido Socialista esteve na vanguarda deste combate, desde o início dos anos noventa do século passado, tendo o governo do Partido Socialista, liderado por Engenheiro António Guterres, aprovado em 1999, uma medida inovadora na

sociedade portuguesa, que é o regime jurídico de prevenção da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial, étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, que foi aprovado pela Lei nº 134/99 de 28 de agosto. Esta Lei, instituiu pela primeira vez em Portugal, uma Comissão especializada de defesa da igualdade e combate à discriminação racial. A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, de que a Senhora Alta Comissária também nos deu nota das suas atividades. -----

----- Esta Lei, veio a ser alterado em 2017, novamente por iniciativa de um governo do Partido Socialista, pela Lei nº 93 de 2017, de 23 de agosto, tendo entre outros reforçado as competências da Comissão Permanente da CICDR, a nível instrutório e decisório, introduzindo os conceitos de discriminação múltipla, e por associação e aumentando o valor das coimas. Não hesitaremos em avançar com medidas legislativas, que nos parecem ser mais propícias e eficientes no combate a este flagelo.

----- O combate às desigualdades, através, designadamente do reforço ao combate ao racismo e a xenofobia e a criação de mais e melhores oportunidades, constitui o terceiro desafio estratégico do programa do atual Governo Constitucional, e do quadro resulta a clara ideia de que, apesar dos progressos jurídico ou constitucionais avançados, os comportamentos e atitudes discriminatórias, continuam a persistir na nossa sociedade. -----

----- O Plano Nacional de combate ao racismo e à discriminação para o período 2021 e 2025, é uma medida do programa do atual Governo, que me apraz também saudar. --

----- O plano que já foi objeto de consulta pública e que será aprovado no final deste mês ou no início do próximo, manifesta-se contra a segregação e assenta numa visão de comunidade que recusa qualquer marginalização dos seus cidadãos, uma comunidade que procura a inclusão, que rejeita a exclusão social, que ambiciona a erradicação da pobreza e a privação material. -----

----- A plena igualdade só poderá ser alcançada através de uma intervenção integrada que alie o repúdio a discriminação formal, com o desenvolvimento de programas de combate de desigualdades estruturais e de promoção da mobilização social. -----

----- Um dos princípios estruturantes da Constituição da República Portuguesa expressa no seu artigo 13º, é precisamente, o da igualdade, corolário irrecusável da dignidade da pessoa humana, e da proibição, da discriminação, em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, e convicções políticas ou ideológicas, e instruções, ou situação económica ou orientação sexual. -----

----- Nesta Assembleia Municipal, que deliberou por unanimidade declarar Lisboa como Cidade Antirracista, e saudar a mobilização social antirracista, em 2020, na sequência da onda de solidariedade antirracista em todo o mundo, por causa do assassinato de George Floyd, em Minneapolis, nos Estados Unidos, deliberação essa que até tem um número, que é o número 294/CM/2020, assim como as pessoas, também, saúda as pessoas representativas que lutam pela igualdade, liberdade, e pela garantia dos direitos, nós esperamos, e tudo faremos nesta casa, ações que fortaleçam a lógica de participação mais inclusiva, e simultaneamente, mais respeitadoras da diferença. -----

----- Implementaremos e aprofundaremos estratégias de combate ao racismo e à discriminação, num âmbito desta autarquia, com enfoque nos domínios da habitação, da educação, da saúde, do emprego e formação, assim como o desenvolvimento de atores e redes, que são medidas fundamentais que contribuirão para uma maior coesão territorial.-----

----- Só uma sociedade democrática e plural, deve valorizar, plenamente a diversidade que a integra, protege a identidade e afirma a igualdade coletiva de todos quanto a coabitam e respeita o direito fundamental.-----

----- Todas estas medidas se encontram consignadas no nosso Plano de Recuperação e Resiliência, o primeiro que recebeu a aprovação da Bruxelas, portanto, contamos com esta casa, na operacionalização e concretização dessas medidas que constam deste plano, nomeadamente, a questão relacionada com planos de recuperação de aprendizagem, coabitação e outras. -----

----- Muito obrigada. -----

----- Disse!”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Gonçalo Moita, do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Moita (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente,-----

----- Senhores Membros da Mesa,-----

----- Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. -----

----- Queremos naturalmente, por começar por agradecer, felicitar os Oradores convidados, o Senhor Professor José Manuel Sobral e a Senhora Alta Comissária para as Migrações, a Doutora Sónia Pereira, pelo interesse e pela importância do papel que tem desempenhado, cá em Portugal no combate ao racismo. -----

----- Ao Senhor Professor uma palavra especial, desde já, para além, de todos os muitos estudos e toda a atenção que tem oferecido sobre esta temática, esta apresentação com uma abordagem histórica, do fenómeno do racismo, que também nos mostra que não é um problema daqui, nem é um problema de agora, é um problema que vem de longe e que assume diversas formas e, por isso que há seguramente um trabalho grande e intenso a fazer. -----

----- À Senhora Alta Comissária, à Doutora Sónia Pereira, agradecer-lhe também a intervenção, e o modo como nos mostrou aqui o trabalho, que esta estrutura que a Senhora Alta Comissária dirige e que já teve várias designações, tem tido um trabalho essencial, quer no acolhimento dos imigrantes, mas nesta temática em especial de combate ao racismo e à discriminação. -----

----- Há a ideia de que em Portugal a sociedade portuguesa, não é agressivamente racista, mas há seguramente racismo, há seguramente discriminação, e há seguramente preconceito, e há tudo isto de diversas formas e em diversos momentos das nossas vidas. Há no desporto, há no acesso à saúde, há no acesso à educação, há no acesso à justiça, há no acesso à habitação, e até na própria vivência social, como já



aqui, foram, aliás, hoje mesmo referidos casos de extrema violência, com gravíssimas consequências.-----

----- Queríamos deixar claro que acompanhamos as preocupações, todas elas que aqui foram hoje manifestadas no sentido, de isto ser, um fenómeno que exige o trabalho de todos, o trabalho de todos, das instituições do Estado, dos serviços centrais, da administração pública, das câmaras municipais, das estruturas locais, das juntas de freguesia, mas iríamos, mais longe. -----

----- Convocar mais vezes e com mais intensidade a própria sociedade civil para este combate, as instituições muitas delas já no terreno, mas que podem ter aqui um papel importante as empresas, as universidades, as escolas, as associações desportivas, enfim, quando há esta realidade, quando a percebemos, temos convocar todos, porque, enquanto houver um caso, enquanto houver uma pessoa que seja agredida, porque o termo não é outro, mercê de uma discriminação racial ou étnica, ou em função da sua origem, da sua nacionalidade, não há ninguém que em boa-fé e em consciência possa estar descansado.-----

----- A Senhora Alta Comissária falo-nos aqui, deste relatório, que a CICDR, a Comissão para Igualdade e contra a Discriminação Racial, agora anualmente apresenta, e que apresenta vários números, e nós gostaríamos de deixar aqui uma nota.

----- Concentra denúncias, queixas e participações, são três figuras diferentes, que representam realidades diferentes, mas que são depois trabalhados todas elas em conjunto e designadas queixas, e o número e a evolução destas queixas apresentadas à CICDR, é uma evolução que demonstra bem que há um trabalho que bem está a ser feito e que bem se demonstra pelo aumento sucessivo, ano para ano do número de queixas apresentadas.-----

----- Mas queria chamar-vos à atenção que há aqui uma décalage, há aqui, parece aqui um de repente, aqui uma abordagem um bocadinho mais imediata, algum paradoxo, porque se observamos a evolução dos números, e vamos, por exemplo, a 2017 onde foram apresentadas, 179 queixas, se formos por exemplo para 2019, onde o número sobe para 436 queixas, se repito, de modo mais imediato, olharmos, as condenações, as contraordenações com as coimas aplicadas, vemos que há aqui qualquer coisa de estranho, porque em 2019, por exemplo, há 436 queixas, como referi e há 4 condenações, foram aplicadas duas coimas e foram feitas duas admoestações. Haverá seguramente uma explicação para isto, ou várias explicações para isto, das queixas que a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial que recebe, muitas delas não são completas, muitas delas são remetidas para outras entidades, e aliás, esses relatórios têm demonstrado bem, a panóplia, enorme de entidades quando envolvidas nestes processos, entidades reguladoras, inspeções gerais, as associações enquanto entidades que recebem e reencaminham reclamações, mas há outras entidades que tem competências próprias, para além, desta CICDR, competências próprias ao nível da abertura da instrução e de processos de contraordenação e de aplicação de coimas, e, portanto, há aqui, torna-se um pouco difícil seguir o rasto. Por exemplo, em relação a 2019, estas 436 reclamações, porque de repente umas vão para o Ministério Público, sabemos, que já tem havido algumas denúncias de que muitas

prescrevem, são arquivadas por prescrição, outras são consideradas não procedentes, e era importante, Senhora Alta Comissária, fosse mais fácil a quem quer perceber o fenómeno e as suas consequências, o que é que acontece a todas as queixas que são referidas nestes relatórios. Quantas prescrevem, quantas são objeto de condenação, por parte da CICDR, ou por parte de outras entidades?-----

----- Por último, queremos chamar a atenção para também para o facto de ser recorrente Lisboa, os números em Lisboa, sofrerem aqui alguma disparidade em relação ao restante território nacional, por haver aqui muitas queixas, relativas ao racismo. -----

----- Pode ser bom, porque a população, está menos conformada e reclama mais, mas é importante para nós, nomeadamente, aqui na Assembleia Municipal, conhecer com maior detalhe possível, o que é que se passa. Para além do número de quantas são? Onde é que acontece esses atentados ao nível do racismo? Quem é que são as vítimas? Que tipo de ofensas são praticadas? E era bom que a Assembleia Municipal de um modo recorrente, diria de um modo sistemático, tivesse acesso anualmente pelo menos a esses dados. -----

----- Terminámos, agradecendo mais uma vez a presença dos dois Oradores, pelos contributos que nos deram e pelo aquilo que nos dão, com a vossa atividade, estamos a falar no final de projetos de felicidade pessoal, a que todos temos direito, estamos a falar de dignidade da pessoa humana e estamos a falar de direitos essenciais, tudo guerras, que merecem sempre todo o nosso esforço, que estou certo, que continuará. ---  
----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Aline Beuvink, do PPM, por online.-----

----- Senhora Deputada Aline Beuvink. -----

----- *(A Senhora Deputada Aline Beuvink não fez a sua intervenção devido a problemas técnicos)* -----

----- Senhor Deputado Ricardo Moreira, do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente,-----

----- Senhoras e Senhores Vereadores,-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, -----

----- Senhora Alta Comissário para as Migrações e o Professor José Manuel Sobral, tarde a todas e a todos. -----

----- Antes de mais, gostaríamos de agradecer ao PS e aos convidados por este debate específico, sobre o racismo, as intervenções dos convidados fizeram de facto, ajudaram a dar alguma luz, sobre a questão, e até sobre alguns dos debates que temos tido nesta assembleia. De facto, fomos informados de que tem havido mais queixas, tem havido mais queixas de racismo, online e que as desigualdades e também o racismo foram exacerbadas com a pandemia, e que Lisboa concentra uma parte

significativa das queixas nacionais sobre racismo, e que esse racismo está presente em muitas esferas da vida das pessoas, nomeadamente, no comércio, na vida privada.-----

----- De facto, Lisboa é hoje uma sociedade diversa com uma composição étnica ou racial e de nacionalidades, muitíssimo ampla.-----

----- Lisboa não tem só uma cor, e Lisboa não tem só uma cultura. Ainda assim, muitas pessoas que vivem e trabalham em Lisboa continuam a ser alvo de discriminação de racismo, afetando as suas vidas, a sua dignidade, as suas oportunidades, o seu bem-estar e, por vezes, até a sua segurança. É preciso dizer o que é que o racismo é, e isso foi visto hoje de várias maneiras. -----

----- O racismo é um sistema de opressão e de discriminação, que está presente nas esperas de poder, nas relações sociais e nos comportamentos individuais, é um sistema de discriminação e opressão que tem na sua raiz estereótipos e preconceitos contra pessoas e comunidades, devido à sua origem étnica ou racial e cruza-se com outras discriminações, como a religião, o género, a orientação sexual, a diversidade funcional ou a nacionalidade. -----

----- Há muitos estudos que documentam como se exprime o racismo em Portugal e as populações e racializadas, principalmente as comunidades negras, as comunidades negra e cigana, são segregadas dos centros urbanos, são empurrados e empurradas para a periferia, mais expostas à violência policial, mais expostas à exclusão social, à precariedade habitacional, à falta de serviços públicos.-----

----- Essa discriminação a que são sujeitas as comunidades racializadas também tem reflexos na maior precariedade laboral, nas maiores taxas de desemprego, na sobrerrepresentação em profissões menos qualificadas, sub-representação em profissões mais qualificadas e maior peso nas profissões de menor salário, é isto que se chama racismo estrutural. E alterar esta realidade, combater o racismo implica conhecermos a sociedade e alterarmos a realidade com mudanças profundas e com coragem.-----

----- Igualdade plena é o projeto de todas e de todos os progressistas, felizmente que se aprovou na Câmara Municipal de Lisboa, uma declaração de que Lisboa é uma cidade antirracista e é necessário também agir. E esse combate faz-se nas cidades, faz-se em Lisboa com medidas sistémicas e transversais da escola ao trabalho, da habitação à saúde, da justiça, à cultura, do urbanismo e aos transportes públicos. E é preciso não esquecer, é preciso não esquecermos o avanço da extrema-direita e do seu discurso de ódio. É preciso não esquecermos o assassinato de Bruno Candé. É preciso não esquecermos a violência policial de que Cláudia Simões foi sujeita. É preciso não esquecer a violência policial a que foram sujeitos seis jovens da Cova da Moura. É preciso não esquecer que fez há dias 26 anos, que a 10 de junho, de 1995, Alcindo Monteiro, foi assassinado por skinheads em Lisboa, porque era negro!-----

----- É importante que Lisboa não esqueça e não perdoe qualquer violência racista.-----

----- E por isso é também importante o Memorial a Alcindo Monteiro, e é tão importante, um memorial que será erigido em homenagem às pessoas escravizadas, porque é exatamente como diz a minha camarada Beatriz Gomes Dias, “é tempo de

Portugal olhar em frente e olhar o seu passado que não é, por vezes assim tão glorioso e encará-lo de forma mais abrangente justa e verdadeira.” -----

----- Termino, a dizer, Lisboa não sejas racista, sê antirracista.-----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Domingues do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

----- Excelentíssimos Senhores Deputados,-----

----- Excelentíssimos Senhores Vereadores, boa tarde a todos.-----

----- Gostaria de começar por cumprimentar todos os presentes, principalmente os convidados deste debate temático, o Senhor Professor José Manuel Sobral e a Senhora Alta Comissária para as Migrações, a Doutora Sónia Pereira, não só pela presença, mas também pelas suas dought apresentações, e felicitar o Partido Socialista, pôr em boa hora, ter proposto trazer a debate nesta assembleia, este tema sempre tão atual.-----

----- O debate que hoje aqui se encontra a decorrer é de extrema importância, como são todos aqueles que tenham como fito defender os direitos de todos os cidadãos sem exceção. Mais importante se torna este debate, tendo em conta o que lamentavelmente ocorreu nos últimos tempos em Lisboa, em que princípios fundamentais tão queridos, de todos nós, defensores da democracia, foram colocados lamentavelmente em crise, acontecimento que, naturalmente, para além de atentar contra direitos fundamentais, se refletiu na imagem de Portugal no mundo, situação que esperamos todos nós depois de apuradas as devidas responsabilidades, não se volte a repetir, porque não dignifica em nada, os valores fundamentais consagrados, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e na Constituição da República Portuguesa, normativos que todos nós democratas devemos preservar e defender, por tais princípios, já muito fazerem parte da nossa forma de estar no mundo e da forma como nos relacionamos com as restantes nações e serem demonstrativos da forma do mundo, que nós, portugueses defendemos enquanto país que pugna e não prescinde dos valores maiores da democracia e do estado de direito.-----

----- O preconceito, infelizmente, é uma palavra muito presente ainda nas nossas sociedades, é uma opinião formulada, sem uma reflexão ou um exame crítico sobre determinadas matérias, como a condição social, nacionalidade, origem, orientação sexual, identidade de género, etnia e raça, e no limite, até maneira de falar, geralmente sem qualquer fundamento, condicionando dessa forma a perceção o modo de pensar e agir, conduzindo muitas vezes a atos de intolerância e discriminação contra pessoas ou grupos sociais.-----

----- Sendo o racismo uma forma de preconceito, parece-me importante visitar alguns pilares fundamentais, que sustentam essa luta continua até chegarmos a bom porto.-----

----- A União Europeia, sempre foi um projeto de tolerância e cooperação, desde a sua formação, daí o *“lema (ou divisa) unida na diversidade”*. Por sua vez no seu hino, simboliza, não só a União Europeia, mas também, a Europa num sentido mais lato, a melodia e na alegria, evocam o ideal da fraternidade de Schiller, partilhado por Beethoven, esta composição não tem letra propositadamente, utiliza apenas a linguagem universal a música, por dessa forma exaltar os ideais europeus da liberdade, paz e solidariedade, que espelham bens os valores e a riqueza deste projeto maior, que se mantém tão atual hoje como no início da sua criação. -----

----- Todos aqueles que lutam hoje em dia contra qualquer tipo de discriminação, não são revolucionários, nem sobredotados, são na esmagadora maioria, pessoas, jovens mães, pais, professores, indivíduos de pensamento livre, anónimos, que se recusam a ficar calados, que compreendem que os direitos humanos, não são uma lição de história, não são palavras numa página qualquer, não são anúncios ou qualquer tipo de campanhas de relações públicas, mas sim as escolhas que fazemos todos os dias como seres humanos, eles são a responsabilidade que todos temos em comum de nos respeitarmos uns aos outros, de ajudarmo-nos uns aos outros e de proteger aqueles em necessidade, como dizia Eleanor Roosevelt, a viúva do Presidente dos Estados Unidos da América, Franklín Roosevelt, *“onde é que os direitos humanos começam afinal?”* Em pequenos lugares, perto de casa tão perto e tão pequenos que não podem ser vistos no mapa do mundo. No entanto eles são o mundo da pessoa individual, o bairro em que vive a escola ou colégio que frequenta ou local onde se trabalha, esses são os lugares em cada homem, mulher e criança procuram justiça igual, oportunidade igual, dignidade igual sem discriminação. -----

----- A tudo isto, eu acrescento, sem preconceito, o pensamento, de um ilustre pensador português, *“a democracia não é um patamar estanque, antes, pelo contrário, ela evolui constrói-se e consolida-se diariamente através de todos nós”*. ----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos, do PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente, -----

----- Senhores Secretárias, -----

----- Muito obrigado, aos nossos convidados, José Manuel Sobral e Sónia Pereira, por terem vindo trazer conhecimento a este debate. -----

----- Esta temática, é uma temática, que pode ser vista de várias formas, para já, trata-se de um crime, que deve ser reprimido sem qualquer margem para dúvida e, portanto, é-me estranho que depois de centenas de denúncias, se possam ver meia dúzia de condenações relativamente a esta matéria. -----

----- Mas, para além de ser um crime, creio que também se trata de uma doença, neste caso, uma doença das emoções, as pessoas ou sentem, atração pela diferença ou a repulsão pela diferença. Como é que as nossas crianças estão a ser ajudadas, neste

ultrapassar, de emoções mais ou menos complexas. Sabemos que há quem se aproveite destas emoções, e esses são os principais artífices que devem ser condenados, nomeadamente, quem utiliza, aquele que eu chamaria as doenças emocionais de outros para as encaminhar para os seus fins nefastos, e esses também não estão a ser adequadamente punidos. -----

----- Este sábado dia 19 de junho, assinalou-se o “*Juneteenth*”, dia comemorativo da libertação dos escravos nos Estados Unidos da América, e 150 anos depois, a América e o chamado mundo civilizado, continuam a debater-se com os demónios mentais que conduzem à desconsideração do outro e à sua exclusão social.-----

----- Costumamos dizer, às vezes de forma benevolente, que são as condições sociais que criam a exclusão, o que também é verdade, mas o que dizer então do que aconteceu em Tulsa, Oklahoma, a 31 de maio de 1921, quando os seus residentes negros, as suas casas, negócios, igrejas, escolas, edifícios municipais, foram todos massacrados e destruídos, e assim desapareceu a chamada, “*Black Wall Street América*”, aqui a exclusão é apenas um ódio e não o suportar a diferença.-----

----- Em 1921 a escravatura ainda estava muito viva, não tinha havido tempo para que o sistema educativo pudesse ter alterado a perceção coletiva, mas o que fez o sistema educativo para alterar essas perceções, quando ainda hoje Trump consegue arregimentar os piores sentimentos em Tulsa.-----

----- E nós o que temos feito com a nossa educação?-----

----- Quando as aulas de cidadania ainda são contestadas, como pudemos observar recentemente, como é possível almejar pelo progresso, quando uma parte importante da nossa população sustém atavismos que gostaríamos de imaginar dissolvidos no passado, quando continua a haver discriminação e racismo, quando os Direitos Humanos continuam a ser colocados em causa, e pensar que isto, são emoções derivadas de pedaços de imaginação, quando temos apenas uma raça humana. -----

----- E isto é tão é tão caricato, que por vezes, e trágico, quando sabemos que um dos maiores caso de mortandade, foi a situação do Ruanda, em que *tutsis* e *hutus*, se digladiaram e se mataram, porque supostamente, uns eram brancos e outros eram pretos, isto é absurdo, mas é verdade, e dá a dimensão de todo o absurdo que esta questão do racismo convoca.-----

----- Pude constatar, como era a educação primária antes do 25 de Abril, uma educação na qual o racismo, não era evidente ainda que numa tentativa de ser mascarado, mas permeava a realidade de todas as facetas da sociedade. E hoje que planeamos os 50 anos do 25 de Abril, como é possível termos comportamentos racistas, comportamentos esses que a nossa Constituição repudia e que são legitimados na rua, difundidos pelas nossas televisões e por partidos que se dizem legais.-----

----- É necessário, é urgente, um sobressalto cívico em vários níveis da nossa sociedade, mas, sobretudo na educação, é necessário educar para a empatia, para a igualdade, é necessário que saibamo-nos colocar na pele do outro, ninguém é menos humano, menos digno de conforto, de rendimento ou de felicidade.-----

----- Perante uma questão tão importante, como o racismo e a defesa dos Direitos Humanos, há quem questione se estes aspetos, bem como outros, questões de cidadania podem ser confiados ao Estado e se não deveriam ser única e exclusivamente da dimensão familiar, questão que coloco é se será legítimo, como ainda está a acontecer que alguns se arroguem o direito de não ser educados pelos conceitos base de cidadania do país. -----

----- Há conceitos, princípios e valores universais, e os Direitos Humanos e Igualdade são uns deles e, por fim, dizer que o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade e, obviamente, com as especificidades que lhes são próprios, acreditamos serem direitos que têm que ser extensíveis aos restantes seres vivos, que conosco partilham planeta, bem como a todos os ecossistemas naturais. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Muacho, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente,-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, muito boa tarde.-----

----- Começo por agradecer, naturalmente, ao PS por ter agendado este debate sobre combate ao preconceito racial, e agradecer também aos convidados, ao Professor José Manuel Sobral e à Doutora Sónia Pereira. -----

----- Vivemos tempos de ressurgimento da sombra da extrema-direita, e a esta, está sempre associado o racismo, o preconceito, e em Portugal, com especial relevância também a ciganofobia, friso, especialmente as palavras do Professor José Manuel Sobral, sobre a necessidade de tomarmos ação para contrariar o preconceito racial.-----

----- Neste aspeto enquanto sociedade temos falhado na educação e na informação, continuamos a perpetuar os velhos mitos da nossa história, sem termos uma visão crítica e séria sobre o nosso passado recente e menos recente. Lisboa é hoje uma capital cosmopolita, mas é também ainda uma cidade que exclui e isso deve-se a décadas de políticas de segregação, em função da classe social, e que atingem também muitas vezes em grande medida minorias étnicas imigrantes. -----

----- Precisamos, pois, de agir, precisamos de promover mais campanhas antirracistas, de fomentar a participação política e a representatividade destes grupos excluídos, e é preciso também, levar estes temas às escolas e discuti-los desde cedo. -----

----- Recordo, a este propósito a proposta que apresentámos de um programa de bolsas de estudo com o nome de Alcindo Monteiro, que já aqui foi várias vezes citado, e que foi assassinado em Lisboa por criminosos racistas há vinte e seis anos, e foi há um ano que aprovámos essa Recomendação, aqui na Assembleia Municipal e que esperamos que ela possa rapidamente, e já a partir do próximo ano ser implementada pela Câmara Municipal de Lisboa, é um pequeno contributo neste sentido, mas que nos parece importante, porque, enquanto houver racismo, enquanto houver discriminação, e enquanto houver desigualdade, não podemos parar de lutar.-----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado António Avelãs, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Avelãs (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado. -----

----- Começo, obviamente, por felicitar o Partido Socialista, por esta iniciativa, e agradecer ao Professor José Manuel Sobral e à Doutora Sónia Pereira, o modo excelente, como colocaram o problema, que permite, de facto, ser objetivo na análise e ao mesmo tempo discutir estas questões, muito obrigado, pela ajuda que nos deram. -

----- Eu, contrariamente, aos meus colegas anteriores, eu não tenho um texto escrito e, portanto, reagi apenas àquilo que aqui foi dito, sobre a escola e o papel da escola, e gostaria de dizer aqui, que nesta questão da escola, há sombras e há luzes. -----

----- Começamos pelas sombras, e aquilo que aqui foi dito é terrivelmente verdadeiro e põe a escola em problema, de facto, as comunidades imigrantes têm resultados de aprendizagens claramente inferiores à média, mas atenção também têm resultados claramente inferiores à média, as classes pobres e que não são emigrantes, o que quer dizer que em relação aos imigrantes há aqui um todo o problema. Uma questão eventualmente racial, mas também a questão de serem pobres, isto é, de serem profundamente pobres e, portanto, sejamos claros se não resolvermos a questão da pobreza, o insucesso continuará presente, mesmo que não haja atitudes anti raciais, e, portanto, a primeira questão que se põe em relação à escola, é nós podemos fazer alguma coisa, mas não nos peçam milagres. A resolução do problema do emprego é o combate à pobreza extrema, que atinge numerosos portugueses, e particularmente portugueses ou não portugueses, que estão imigrantes, isto não compete à escola resolver, isso sem isso ser resolvido, Caros Deputados Municipais, as aprendizagens serão sempre insuficientes. -----

----- E se acentuei aqui, as sombras, deixem me dizer, e apesar de tudo e como sabem, eu tenho grandes responsabilidades sindicais, algumas luzes no meio disto tudo. -----

----- Meus Caros Colegas, nós nas escolas, aceitamos a matrícula de todas as crianças mesmo que os pais estejam numa situação de ilegalidade, não nos preocupamos, ou melhor, preocupamos, mas a preocupação com isso não significa que não as aceitamos, aceitamos, exatamente ao que vamos tratá-los partindo desse princípio. Por exemplo, a maior parte deles, não consegue apresentar recibos de vencimentos, porque está numa situação laboral perfeitamente precária, quando não ilegal. Mas, bom, mas as escolas lá arranjam maneira de que eles tenham acesso ao ASE (Ação Social Escolar), bom, se Ministério souber é capaz de nos processar, mas isto, não faz mal! Isto é, há, de facto, algumas atitudes que procuram, eu sei que isto não resolve o problema, mas procuram respostas concretas a estes problemas, com que nós na escola nos defrontamos frequentemente, ou quase diariamente. -----

----- Mais, deixem que vos diga que há escolas que são excelentes exemplos de integração, e se é verdade que apontamos em algumas escolas, e em muitas escolas



fenómenos de violência racista, também é verdade que há escolas, e eu dou por exemplo a Sampaio Garrido, que a conheço melhor, que são excelentes exemplos de integração. -----

----- O que eu quero dizer, com isto, é que há nas escolas portuguesas, nas escolas públicas portuguesas, eu sublinho escolas públicas portuguesas, que isto não acontece nas privadas, há nas escolas públicas portuguesas um conjunto larguíssimo de professores, que se for dinamizado, que se for trabalhado, que se for ajudado, pode ser um elemento importante no combate ao racismo, mas, repetindo aquilo que já disse, a solução radical não passa pela escola, passa por uma realidade exterior à escola. -----

----- Deixei-me só, sublinhar dois aspetos. -----

----- Primeiro, eu penso, e não sei se isto é viável, que o Conselho Municipal da Educação, podia articular com os diretores das escolas, com estes professores que estão realmente empenhados, num projeto que dinamizasse ainda mais o combate ao racismo nas nossas escolas e da parte do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, estamos decididamente abertos para isso, até temos trabalhado nas escolas exatamente no combate ao racismo. -----

----- Deixem-me dizer, que isso liga inteiramente aquilo que foi dito pela Doutora Sónia Pereira, o acesso ao pré-escolar de todas as crianças é um passo que cada vez mais evidencia, com indispensável para o sucesso escolar, as Juntas de Freguesia não deixa nenhuma criança fora do pré-escolar, mesmo que os pais delas estejam ilegais, mesmo que estejam numa situação não sei de que, as crianças não podem ser penalizadas por isso, mete-as no jardim-de-infância, públicos, nos privados não vão aceitar, e se for preciso, bom, pagamos. -----

----- Outra questão que me parece também dever ser sublinhada, no fundo era isto, era sublinhar a importância da proposta, que não é da proposta, mas aquilo que nos disse o Senhor Professor José Manuel Sobral, o prometido, pensado, escolhido, projetado, memorial em vítima das pessoas escravizadas, é importante, porque é um símbolo, é um sinal presente, é um sinal premente, que nos obriga a todos a refletir sobre aquilo que fizemos e, sobretudo, como se resolver os problemas que resultaram da colonização. -----

----- Muito obrigado e desculpe um aspeto um bocadinho desordenado do meu discurso, mas, como disse, foi uma reação àquilo que vocês disseram, não propriamente um texto escrito. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Manuel Lage, do Partido Socialista.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, -----

----- Senhores Deputados, -----

----- Senhores Vereadores, -----

----- Senhora Alta Comissária, Senhor Professor.-----

----- Há poucos ouvimos aqui falar do “Juneteenth” a junção feliz do mês de junho e do dia 19, referindo-se ao dia 19 de junho 1865, onde no Texas se fez um feriado, no Estado do Texas, se fez um feriado que comemora a anunciada proclamação da emancipação da escravidão, e esta data é tão mais importante hoje, quando debatemos o preconceito racial sem preconceitos, quando ontem, no Congresso americano com uma votação de 415, contra catorze, depois de uma votação unanime no Senado americano, este feriado americano que comemora o fim da escravidão, passou a ser não um feriado de alguns estados, mas um feriado federal. Isto é significativo, hoje dia 17 de junho, também para nós, porque este fenómeno infeliz do racismo, é um fenómeno mundial a que nós temos assistido, reconhecer e aprender com os erros do passado é essencial para podermos seguir em frente.-----

----- A nossa história é marcada por uma brutalidade, por uma injustiça e todos nós temos responsabilidade em construir um futuro de progresso para todos, que honre o ideal da igualdade.-----

----- Senhores Deputados, o combate ao racismo como já nos podemos aperceber hoje, parte de uma cultura de tolerância, de uma cultura de igualdade, uma cultura de antidiscriminação, isto sucede e nós conseguimos isto com mais e melhor educação, com mais e melhor emprego, com mais e melhor igualdade de oportunidades, faz-se com o combate à pobreza, todos, mas todos, nascemos livres, com iguais dignidade e direitos, com potencial para construir e desenvolver o bem-estar das nossas sociedades no caso das nossa comunidade, e Lisboa, como já aqui foi dita, é uma cidade anti racial.-----

----- Senhores Deputados, com dizia Mandela, “*a educação é a arma mais poderosa que temos para mudar o mundo*”.-----

----- A Senhora Alta Comissária, hoje deixou-nos aqui um dado, que nos ajudou na nossa reflexão, aliás, como também o Senhor Professor, mas deixou-nos um dado fundamental, para quem tivesse dúvidas ficou muito claro nesta Câmara, que é muito mais do que nos une do que aquilo que nos separa, hoje todas as forças políticas que exclamaram aqui, que existe racismo em Portugal, e isto é muito importante que fique claro, não há força política com representação no Município de Lisboa, que entenda que não há racismo em Portugal, porque há quem entenda que não há racismo em Portugal e nós, nós somos muito claros, há racismo em Portugal, isto é muito importante que fique claro, Senhor Deputados.-----

----- Esta unanimidade, no nosso pensamento nesta matéria, permite-nos começar a discutir, a alcançar e ouvir propostas de uns e de outros, e por isso, Senhor Presidente, creio que estamos em condições de juntos apresentar uma recomendação unânime de todas as forças com assento aqui nesta Câmara, para que em breve, antes do final do mandato, possamos apresentar numa recomendação conjunta no sentido de que este ponto, este tema não caia no esquecimento da Cidade de Lisboa, até porque, como temos tido a oportunidade de dizer várias vezes, não sabemos se este é o último mandato em que todos defendemos a nossa Constituição, e em que todos dizemos alto e bom som, nós não defendemos o racismo, nós somos contra o racismo, claramente

nós não compactuamos com quem pratica crimes hediondos de xenofobia, e nós somos absolutamente contra racismo e aqui estaremos, para o dizer alto e bom som, e para defender todos aqueles que necessitam, e isto faz-se como disse, como aqui ficou claro, como todos disseram de todas as bancadas, os independentes, da esquerda à direita, pelo centro, todos nós fomos muito claros com isto, estamos em uníssono e podemos dizer-lo, Senhor Presidente é um gosto e o Senhor Presidente, está de parabéns pela organização deste debate, aqui estamos nós unidos contra o racismo e os lisboetas ficou a saber que estas forças políticas democráticas, defenderão sempre os lisboetas contra aqueles que são racistas e xenófobos.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Portanto, chegámos ao fim deste debate, mas permitam-me duas breves palavras, por um lado para, naturalmente, agradecer à Doutora Sónia Pereira e ao Professor José Manuel Sobral, que fizeram intervenções, que foram aqui unanimemente, consideradas úteis e esclarecedoras, e, portanto, agradeço em nome de todos nós, o seu contributo, e também me permitam que diga o seguinte.-----

----- Ficou claro que esta Assembleia, por unanimidade rejeita uma sociedade racista, é muito importante, é muito importante, sublinhá-lo. Por outro lado, permitam-me também, que constate que para combater o racismo não basta não ser racista, é necessário combater o racismo, é necessário ser anti-racista, mas também me permito acrescentar, que se o antirracismo é necessário, não é suficiente, foi aqui por várias vezes sublinhado, que só se combate eficazmente e duradouramente criando uma sociedade de igualdade de oportunidades para todos, sem discriminações, uma sociedade, portanto, em que a dignidade de todos e cada um dos seres humanos, seja integralmente respeitada e que nós levando a sério o artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ajamos uns para com os outros em espírito de fraternidade.-----

----- Muito obrigado a todos por este debate, eu permito-me, vou acompanhar o Senhor Professor à saída, mas o António Avelãs, vai dar seguimento, aos trabalhos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **PONTO 2 - APRECIACÃO DA PETIÇÃO 11/2020 – “CONTRA A CONSTRUÇÃO DO FUTURO SERVIÇO DE APOIO INTEGRADO DO LUMIAR, NA CONFLUÊNCIA DA RUA 10 DO PUAL E DA RUA AZINHAGA DA CIDADE”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE - 56 MINUTOS E 15 SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

----- (A Petição nº 11/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante).-----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DA PETIÇÃO 12/2020 – CONTRA A INSTALAÇÃO DA SALA DE CHUTO NO LUMIAR”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE - 56**

**MINUTOS E 15 SEGUNDOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

----- (A Petição nº 12/2020 fica anexada à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante).-----

**PARECER DA 6ª COMISSÃO PERMANENTE RELATIVO À PETIÇÃO 11/2020 E À PETIÇÃO 12/2020;**-----

----- (O Parecer da 6ª Comissão Permanente relativo à Petição nº 11/2020 e à Petição 12/2020 fica anexado à presente Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante)-----

**Recomendação 151/01 (6ª CP)**-----

----- (A Recomendação 151/01 da 6ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante)-----

**RECOMENDACÃO 151/02 (PSD/CDS-PP)**-----

----- (A Recomendação 151/01 (PSD/CDS-PP) fica anexado à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Senhores Deputados, conforme já foi indicado, os pontos 2 e 3, que tratam no essencial da mesma matéria, vão ser tratados em simultâneo, portanto, fundidos num único ponto, e, portanto, eu dou a palavra aos Senhores Peticionários, da Petição 11 de 2020, eu peço imensa desculpa, não tenho aqui os nomes dos Senhores, portanto, faça favor.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Para a Petição 11 de 2020, tenho inscrito o Senhor Fernando Gonçalves e Doutor Luís de Sousa.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem a palavra, por favor.”-----

----- **O Peticionário, Senhor Luís de Sousa,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo, Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa,-----

----- Distintos Deputados,-----

----- Minhas Senhoras, Meus Senhores.-----

----- Começo por saudar os milhares de Peticionários, saudar a população que nos segue pelas vias digitais, saudar o trabalho da Comissão.-----

----- Seguramente, as mais de 3.500 pessoas que se mobilizaram para esta causa, mereciam uma resposta mais célere e, e sobretudo uma resposta definitiva sobre o assunto que aqui nos traz, infelizmente, conhecemos as razões deste atraso e a pressão que tem sido exercida, para que as recomendações destes pareceres espelhassem apenas a vontade do incumbente.-----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, que representa e dá voz às legítimas aspirações dos seus munícipes, merece maior dignidade e elevação. -----

----- Respeitamos os membros da casa com opiniões diferentes das nossas, congratulamo-nos também todos aqueles que se esforçaram para que os factos viessem à tona e a atuação unilateral do executivo camarário e do Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, não passasse incólume para bem da democracia. -----

----- Não obstante adversidade do contexto, a verdade é que este relatório veio clarificar alguns equívocos, insistentemente, veiculados ao longo deste processo. Deste relatório resulta claro que foi montado um estaleiro sem que os moradores e comerciantes do Lumiar tivessem sido ouvidos, e sem sequer ter havido o cuidado de previamente essa instalação alguma entidade pública os ter informado e explicado o porquê da existência do mesmo. Resulta também claro, que a população foi arredada da composição dos órgãos criados para a gestão de todo este processo, por exemplo, a Comissão de Dependências, mas que a opinião manifestada pela esmagadora maioria dos moradores do Lumiar, quer durante a sessão, que decorreu em dezembro de 2020, quer através de pronúncia escritas, é desfavorável à instalação da sala na freguesia, em especial, totalmente contrária à localização sugerida pela Junta de Freguesia do Lumiar. -----

----- Resulta igualmente claro, que os consumo de droga no Lumiar tem vindo a diminuir, um facto, admitido, quer pelo Presidente da ONG, Crescer na Maior, quer pelo Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, pelo que, e citando o relatório, “*o preceito de zona de grande concentração de consumidores, não parece estar enquadrado nos tempos atuais*”, fim de citação.-----

----- Durante meses, venderam-nos a ideia de que a solução técnica era um equipamento fixo, de um ponto três milhões de euros. Afinal, na opinião do Doutor João Goulão, a solução ideal, seja em que freguesia for, deve ser um contentor amovível com todas as condições. Já que não ouvem a população, pelo menos ouçam quem tem conhecimento técnico nestas matérias.-----

----- De acordo com relatório, em apreço, a zona onde havia maior concentração de consumos e tráfego, cito o relatório, “*era no Bairro da Cruz Vermelha que se encontra a 500 metros do serviço de apoio integrado, e que vai ser demolida e os seus habitantes realojados noutra zona da cidade na Freguesia de Santa Clara*”, fim de citação. Sendo que a deslocalização do ponto de venda irá alterar ainda mais circunstâncias do consumo no Lumiar e torna mais desajustado o tipo de equipamento sugerido, unidade fixa, bem como a sugestão da localização.-----

----- Resulta claro deste relatório que a discussão pública, sobre a localização e gestão do equipamento deve continuar, e deve ser aprofundada, através da realização de sessões com residentes e comunidade local, o que implica que o Presidente da Junta de Freguesia, não possa simplesmente “*fazer ouvidos de mercador*”, mercador, às observações, reclamações, pertinentes moradores, bem como apenas continuar a incluir nos órgãos da freguesia às associações que sejam favoráveis ao seu entendimento.-----

----- Após a aprovação deste relatório terá que ouvir a população, deverá publicar os seus contributos e abrir a composição dos órgãos criados para a gestão deste processo, nomeadamente, o grupo de trabalho dependências, para torná-lo mais representativa da comunidade.-----

----- Por último, resulta também claro que a discussão pública deverá contemplar, cito, “a ponderação dos locais alternativos para a resposta de consumo vigiado, de forma a encontrar um local que cumpra as exigências decorrentes do Decreto-Lei, 183 de 2001”, fim de citação.-----

----- Face ao apurado, e para bem do diálogo construtivo, apelo também aos vários intervenientes neste processo, para que não insistam na velha fórmula de procurar descredibilizar a contestação da comunidade local, recorrendo, e isso tem sido feito vezes sem conta, ao rótulo normativo, não no meu quintal. -----

----- Infelizmente, os residentes do Lumiar não têm quintais, oxalá os estivessem, mas tem consciência cívica, não deixaremos de zelar pelo espaço público e pela melhoria do ambiente social na Freguesia do Lumiar, sempre que considerarmos que possam estar em risco, como nos compete. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra, Senhor Luís Sousa, também de subscritores da Petição 11 de 2020.”-----

----- **O Peticionário, Senhor Fernando Gonçalves**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Não estou muito habituado, peço desculpa, só para dar esta nota, o meu nome é Fernando Gonçalves, sou um dos Peticionários, desta Petição número 11. -----

----- Pedia aqui condescendência, aqui ao Senhor Presidente, que o anterior Peticionário, teve mais um minuto se podia, eventualmente, ter essa tolerância.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Terá que completar.... ” -----

----- **O Peticionário, Senhor Fernando Gonçalves**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Cinco minutos certinhos. -----

----- Começo por cumprimentar todos os presentes, agradecer o trabalho da 6ª Comissão, na pessoa do Senhor Presidente David Amado e destacar o notório e o empenho da Senhora Relatora, Ana Mateus, naturalmente, queria saudar de forma muito especial, os milhares de pessoas que assinaram estas Petições e toda a população que está a assistir online. -----

----- Resulta do relatório que nas audições, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, tentou passar a narrativa do envolvimento da população neste processo. ---

----- Senhores Deputados, acham correto que quem vive no Lumiar, tenha nas caixas de correio informações, para se pronunciar sobre consultas públicas no Martim Moniz e no Alto do Restelo, e nunca tenha tido qualquer informação do género quanto a uma suposta consulta pública na sua freguesia?-----

----- Acham normal Senhores Deputados, alguns terem tempo para andarem meses e meses a fazer e refazer recomendações, mas não terem tempo nem disponibilidade para reunir com a população?-----

----- Nestas audições perguntou-nos um membro do executivo da Junta de Freguesia do Lumiar, também aqui presente, “os peticionários têm disponibilidade para reunir connosco, e encontrar uma solução conjunta?”-----

----- Acredito muito sinceramente, até porque tenho ótimas referências da Senhora Deputada, em questão, que esta tenha sido uma pergunta genuína e sincera, e que se fosse por essa Senhora Deputado Municipal e por muitos daqueles que estão aqui presentes dos mais diferentes quadrantes políticos, todos já nos teríamos sentado a uma mesa para encontrar soluções conjuntas e, por isso pergunto-vos, Senhores Deputados, porque não promove a Junta de Freguesia essa reunião?-----

----- Quem é que recusa sentar-se à mesa com a população sobre este tema?-----

----- Quem é que não permite nos tais supostos grupos de Junta de Freguesia, que apregoam ser inclusivos e representativos, que tenha assento quem tenha dúvidas ou ouse pensar diferente?-----

----- Tenha a absoluta certeza, Senhores Deputados, que se este equipamento estivesse a ser discutido em qualquer outra freguesia, em qualquer outra freguesia, já há muito tempo o executivo e a população, tinham chegado a um consenso.-----

----- Deixo ainda aqui as seguintes perguntas.-----

----- Quem é que vai retirar as conclusões, finais disto tudo?-----

----- Vai ser quem formulou em causa própria, as recomendações que constam do relatório aqui em discussão?-----

----- Senhores Deputados, basta ler as recomendações do relatório para ser claro quem as redigiu, não nos enganemos, não tentem enganar a população!-----

----- Pergunto, se se concluir, como é inevitável que a generalidade dos contributos é desfavorável à sugestão de localização vão respeitar a vontade da população? Vai a Junta de Freguesia do Lumiar, finalmente, cumprir e fazer cumprir as moções aprovadas na Assembleia de Freguesia? Ou vão continuar a tentar desvirtuá-la? Pergunto-vos, mais, quem defende que no Martim Moniz, Fernando Medina tem que respeitar a vontade da maioria, vai ter a mesma posição quanto ao processo do Lumiar? Haja, coerência!-----

----- Estou muito curioso, sinceramente, com a votação da Recomendação 151/2, nomeadamente, para saber se os representantes dos partidos políticos têm a desfaçatez de votarem numa forma na Assembleia de Freguesia do Lumiar e de outra forma aqui, sinceramente, era mau de mais para ser verdade.-----

----- Senhores Deputados, existem projetos de lei que visam a legalização da cannabis, mas simultaneamente proibem a sua comercialização a menos de 500 metros de estabelecimentos de ensino.-----

----- Depois desta tomada de posição mesmo por quem propõe a legalização dessa substância, pergunto alguém nesta sala, na Junta de Freguesia ou na Câmara Municipal, vai ter a coragem de defender que a comercialização dessa substância não seja permitida a menos de 500 metros de estabelecimentos de ensino, por imperativos de prevenção e de bom senso, e, ao mesmo tempo vai bater palmas a salas de consumo que pressupõem a prévia aquisição de substâncias, designadamente substâncias injetáveis a cem metros de uma creche, a cem metros de uma universidade sénior, a cem metros de um parque infantil, a trezentos metros de diversas escolas e a dez metros de uma futura residência de estudantes? Isto é coerente?! Haja coerência! -----

----- Mas pensem nas pessoas com dependências, acham que estão a promover a sua dignidade ao colocarem um equipamento deste tipo? No local que já no presente é ponto de passagem diário e obrigatório, de milhares e milhares de pessoas, muitas delas no âmbito do trajeto escola/casa? Pensem também nos milhares de pessoas que subscreveram estas Petições. Será que essas 3.500 pessoas estão completamente, (*inaudível*) e que só essas duas ou três pessoas de sempre é que estão certas? -----

----- Termino com duas garantias finais. -----

----- A primeira é que quem vive ou trabalha no Lumiar, sempre esteve, e sempre estará disponível para encontrar soluções conjuntas e para um diálogo sincero e honesto.-----

----- A segunda é quem vive ou trabalha no Lumiar, jamais abdicará de, por todos os meios defender a comunidade como um todo.-----

----- Viva Lisboa, viva o Lumiar!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Peticionária, Dona Carina Rodrigues, da Petição nº 12/2020, porque elas estão a ser discutidas em conjunto.” -----

----- **A Peticionária, Senhora Carina Rodrigues**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, a todos. -----

----- Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os demais Membros da Mesa da Assembleia Municipal, -----

----- As Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados Municipais, e todos os presentes. -----

----- Em primeiro lugar, queria agradecer a oportunidade que nos foi concedida pela Assembleia Municipal, para sermos ouvidos aqui, e também a todos os que subscreveram não só a nossa Petição, mas também a Petição anterior, que hoje é discutida em conjunto com a nossa, neste fórum. -----

----- Sobre a nossa Petição em concreto, não gostaria de me alongar muito, apenas referir que ela recolheu mais de 3.000 assinaturas durante o verão de 2020, que não é



propriamente uma época muito favorável ao ativismo e ao exercício de direitos de cidadania. -----

----- Ela está assente em três principais argumentos, que contestam, por um lado, a localização de um equipamento, que se prevê instalar na Freguesia do Lumiar, também outro argumento, é o facto do processo de consulta pública não ter sido concluído antes do início da construção do equipamento, portanto, as obras começaram sem que a consulta pública estivesse encerrada, e também, contestamos a atualidade dos diagnósticos, que fundamentam a instalação deste equipamento na Freguesia do Lumiar, face a dados de relatórios nacionais e internacionais mais recentes, que apontam para uma tendência para a diminuição do consumo de drogas por via endovenosa.-----

----- Gostaria, ainda de dar nota sobre alguns desenvolvimentos mais recentes, que naturalmente, não puderam ser incluídos na nossa Petição, porque só foram conhecidos recentemente, e gostaria de deixar aqui essas notas. -----

----- O primeiro, desenvolvimento diz respeito à publicação muito recentemente do Relatório Europeu sobre Drogas, referente a 2021, que foi publicado pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, que reafirma o seguinte, portanto, em 2020, acentuou-se, e em 2021, acentuou-se o fenómeno da urbanização do tráfico e do consumo de substâncias, que já se vinham observando, com a consequente quebra da ligação entre os locais de tráfico e o consumo de substâncias no mesmo local, este é um fenómeno importante, porque não sabemos se no futuro se vai manter. -----

----- O relatório, aponta que após a pandemia, o contexto da pandemia vai-se retomar o fenómeno do dealer local, mas a verdade é que é uma incerteza e não sabemos realmente como vai evoluir o tráfico e o consumo de substâncias no futuro, e pode ser que o processo de digitalização de compra e consumo fora dos locais de tráfico, possa permanecer pelo menos em parte. -----

----- Este relatório de 2021 refere que o consumo de drogas injetáveis por parte dos utentes que iniciaram tratamento pela primeira vez, diminuiu de 22% em 2013, para 10% em 2019, refere ainda que em Portugal, em concreto nos consumidores de heroína que iniciaram tratamento pela primeira vez, o consumo injetado representa menos de 10%. A tendência global e de incidência do VIH têm vindo a diminuir na última década. Em Portugal apenas 1,6% de casos de VIH estão associados ao consumo de drogas por via injetável e, apesar de ainda não terem sido publicados os resultados detalhados para o nosso país referentes a 2020 e 2021, o SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências), noticiou recentemente, na sua página eletrónica, a propósito deste relatório global que Portugal é um dos países com menos mortes, menos infeções por VIH e mais seringas distribuídas. Portanto, os dados de que dispomos, parecem-nos apontar, para que às segundas, quartas e sextas, Portugal seja um país exemplar com resultados brilhantes em matéria de políticas públicas na área da toxicodependência, enquanto às terças e quintas, o mesmo país, em especial a cidade de Lisboa, e muito particularmente a

Freguesia do Lumiar, caminha a passos largos para o abismo das dependências, sem qualquer fundamento nestes diagnósticos mais recentes. -----

----- Tal como referiram, os Peticionários anteriores, eu gostaria de sublinhar que o Bloco de Esquerda apresentou recentemente no Parlamento, um Projeto-Lei que previa a legalização da cannabis para uso pessoal, que o seu artigo 10º, estipula que os estabelecimentos que se dediquem à comercialização de cannabis, tem que ficar situado a uma distância superior a 500 metros de estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário. Pergunto se este é o mesmo Bloco de Esquerda, que na Câmara Municipal de Lisboa se prepara para instalar uma sala de consumo assistido, a menos de 300 metros de um colégio privado, que inclui todos estes níveis de ensino e a cerca de 400 metros de escolas públicas? Porque é que é defendida uma posição, no Parlamento e outra posição na Câmara Municipal de Lisboa, sobre um equipamento, que ainda por cima é mais gravoso em termos de exemplo e de referência em matéria de consumo de substâncias, do que propriamente um estabelecimento de comercialização de canábis? -----

----- Também gostaria de salientar, que na discussão sobre este projeto de Lei, o Bloco de Esquerda, afirmou no Parlamento, “*que hoje em dia o retrato do país em matéria de droga e toxicodependência, é muito diferente de há vinte anos*”, e são palavras do próprio Bloco de Esquerda, que diz que o país é bastante elogiado em matéria de políticas públicas, tendo apresentado uma das mais baixas taxas de mortalidade por consumo de droga na Europa. Este é o mesmo Bloco de Esquerda, que no Parlamento refere todos estes sucessos alcançados desde há 20 anos para cá, mas, que pinta um quadro negro da toxicodependência na Cidade de Lisboa, e na Freguesia do Lumiar, sem fundamento nos diagnósticos atualizados, e é o mesmo Bloco de Esquerda, que continua a advogar soluções de há vinte anos, para realidades que hoje são completamente diferentes de há duas décadas atrás.-----

----- Também, gostaríamos de questionar por que razão os intervenientes políticos e os altos dirigentes de serviços da administração pública, nunca referem, apenas em oito países, além de Portugal, em trinta países europeus, que são referidos nestes relatórios internacionais, apenas oito, além de Portugal, portanto, no total nove, dispõem de salas de consumo assistido. À luz deste argumento, a sala de consumo assistido, não só não é uma solução consensual, não é implementada por uma ampla maioria de países, e mesmo nestes oito países já fecharam várias salas de consumo assistido, por problemas vários, e inclusivamente, por falta de utentes, considerando a diminuição do consumo por via endovenosa. -----

----- Gostaríamos de saber porque é que este argumento em concreto, nunca é apresentado, só é sempre referido, o facto de Portugal parecer um país retrógrado, porque não dispõe de sala de consumo assistido, porque isso está previsto numa solução legislativa de há vinte anos, que já está completamente desatualizada, face à realidade atual. -----

----- Gostaríamos, também de referir que o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves, que é também Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, na sua qualidade de Deputado, reconheceu na audição dos subscritores da Petição, “Por um Areeiro

Seguro”, quando foram ouvidos na 1ª Comissão parlamentar, em 6 de maio de 2021, o Senhor Doutor Pedro Delgado Alves, reconheceu nesta audição que é um problema com a localização das salas de consumo assistido, se por um lado tem de ficar perto dos locais de consumo, por outro lado, a Lei impede a sua localização próximo das zonas residências consolidadas.-----

----- Contudo, o Doutor Pedro Delgado Alves, enquanto autarca eleito para a Junta de Freguesia do Lumiar, nunca admitiu publicamente este problema na freguesia, reafirmando sempre a legalidade da localização, bem como a necessidade imperiosa de ser instalada a sala de consumo, naquela localização específica, chegando mesmo a afirmar que não existia nenhuma localização alternativa possível na freguesia do Lumiar. -----

----- Assim, tendo em conta, estes desenvolvimentos mais recentes, nós enquanto municípios continuaremos a lutar pela defesa dos nossos direitos e pela preservação do bem comum, que estamos em crer que a própria Lei, que estabelece a possibilidade de serem criados programas de consumo vigiado procurou acautelar. -----

----- Nós gostaríamos também de apelar, para que as forças políticas e os diferentes intervenientes neste processo, deixei-nos de rotular de populistas, e de abertos de fenómenos, “*nimbay*”, “*not in my back yard*”, “*não no meu quintal*”, pois nós somos apenas cidadãos, municípios, a tentar exercer através dos direitos de cidadania, que também, estão previstos na Lei, que seja acautelado o bem comum da nossa comunidade, isto sem prejuízo de reconhecermos, que é necessário dar uma resposta social e de saúde às pessoas com dependências de substâncias e, portanto, gostaríamos de deixar aqui um apelo à reflexão de todos os intervenientes, e um apelo ao bom senso e à coerência da reflexão, porque não se pode dizer uma coisa num fórum e defender o seu contrário noutro fórum, portanto, apelávamos a todos que fizessem um esforço de coerência. -----

----- Por último, gostaríamos de deixar dois desafios, um dirigido à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal, e outro aos próximos candidatos de órgãos autárquicos nas próximas eleições municipais. -----

----- Então, o primeiro, solicitamos ou sugerimos à Câmara e à Assembleia Municipal, que promova a realização de um estudo de avaliação das salas de consumo assistido que já estão a funcionar. Gostaríamos que fosse uma avaliação externa e independente, e não realizada pelas próprias entidades que gerem estas salas. De acordo com as notícias veiculadas recentemente pela comunicação social, a sala de consumo fixa que foi instalada na Quinta do Loureiro, terá atendido uma média de cem utentes em dois meses. Relembramos que o diagnóstico suportou a instalação daquela sala, estimado um potencial superior a trezentos indivíduos, como utentes daquela sala, portanto, há aqui uma grande discrepância, embora sejam dados recentes, porque a sala só começou a funcionar recentemente, gostaríamos que se fosse possível que se promovesse uma avaliação da mesma ao fim de um ano, antes de avançarmos para a construção de outra sala fixa no Lumiar. -----

----- Quanto à sala móvel, também há notícias nos média que dão igualmente conta de que mais de metade dos atendimentos realizados no se prendem com o consumo de

substâncias, ora, isto não deixa de nos suscitar algumas dúvidas quanto á utilidade desta resposta social para a finalidade que justificou a sua criação, pois se não atendem consumidores de substâncias, mas a população em geral, é porque a resposta não está vocacionada ou é preciso outra resposta vocacionada para população em geral, e deixando esta exclusivamente para os utentes com problemas de dependência.-

----- Gostaríamos, igualmente que esta avaliação externa contemplasse a análise de fenómenos de deslocação de consumidores para outros locais de tráfico e de consumo, em função da oferta deste tipo resposta.-----

----- O segundo desafio, era submeter a sufrágio ou inscrever nos programas eleitorais das próximas eleições, a posição das diversas forças partidárias sobre a instalação de sala de consumo assistido no Lumiar, de forma a que o projeto possa ser submetida a amplo escrutínio e sufrágio pelos residentes da freguesia.-----

----- Por último, uma palavra de agradecimento à 6ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal, por nos ter ouvido e por ter reconhecido a validade de alguns dos argumentos que apresentámos, e que estão espelhados no Parecer que foi elaborado e na Recomendação à Assembleia Municipal.-----

----- Muito obrigada.-----

----- Disse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado.-----

----- Com isto, terminaram as intervenções dos Peticionários, portanto, a Senhora Deputada Relatora, não sei se quer apresentar, não quer prescinde, então, vamos dar a palavra aos Senhores Deputados que se inscreveram.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Mateus, pelo PSD.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde.-----

----- Antes de mais, um cumprimento aos Senhores Peticionários,-----

----- Senhor Presidente,-----

----- Senhores Secretários,-----

----- Senhores Deputados, que estão aqui presentes e também por via online.-----

----- Na sequência das duas Petições 11 de 2020 e 12 de 2020, com cerca de 3500 assinaturas, que deram entrada na Assembleia Municipal, pela não instalação da sala de consumo vigiado no local onde a Câmara se preparava para a instalar os Peticionários, em representação dos cidadãos do Lumiar, tomaram conhecimento dessa intenção através de uma placa colocada na Rua 10 do PUAL, junto a uma vedação. Esta questão tornou-se uma prioridade para os moradores do Lumiar.-----

----- Desde 2017 têm sido apreciadas recomendações e moções propostas por várias forças políticas na Assembleia de Freguesia, no sentido de se proceder à discussão da

localização da sala de consumo assistido, de forma a que os moradores, fregueses e designadamente, eleitos da Assembleia de Freguesia, se pudessem pronunciar. -----

----- Contudo, e apesar de estar anunciada a informação de uma consulta pública na página da Junta de Freguesia do Lumiar, passo a ler: “*No quadro da consulta pública sobre a implementação do Serviço de Apoio Integrado na Área das Dependências na Freguesia do Lumiar, disponibilizam-se os principais documentos enquadradores e trabalhos preparatórios desta resposta, designadamente a proposta inicial de modelo de gestão*”, pode constatar-se que a consulta pública apenas se destinava ao modelo de gestão e não à decisão da localização. -----

----- Três anos volvidos, como disse, só por mera casualidade, alguns moradores do Lumiar depararam-se com uma vedação, onde se encontrava uma placa, e passo a dizer o que está na placa: -----

----- “*Procedimento Municipal - ‘Construção de Serviço de Apoio Integrado do Lumiar’ – Prazo do Procedimento: 12 meses – Dono de Obra: Câmara Municipal de Lisboa*”. -----

----- Ora, tal placa ali colocada demonstrou a total desveneração à população do Lumiar. Pelo que concluímos que a Câmara, tomou a decisão de avançar com o procedimento municipal, sem, contudo, ter sido previamente submetido para análise, discussão e apreciação dos eleitos da Assembleia de Freguesia e cidadãos do Lumiar, não tendo sido cumpridos os procedimentos legais de uma verdadeira consulta pública. -----

----- O PSD reconhece a existência de consumo a céu aberto, mas ficou patente pelos depoimentos dos representantes da Crescer na Maior e do SICAD que se fosse há cinco anos atrás faria sentido a colocação de uma sala fixa de consumo assistido, mas que atualmente não faz. Não desprezando o trabalho desenvolvido pela Comissão Social de Freguesia, uma verdadeira consulta pública integra os cidadãos num sentido de participarem, discutirem o assunto em causa. E, na verdade, o assunto localização nunca foi discutido. -----

----- Apontando as razões que os Peticionários consideram da maior gravidade, caso a sala de consumo assistido fosse ali construída, para não falar da habitação e residências que se encontram em construção, ficando a poucos metros daquele equipamento, aquele espaço encontra-se muito próximo de três escolas que acolhem inúmeros alunos, não garantindo a segurança de quem ali mora e muito menos de alunos de idades muito vulneráveis, podendo ser abordados pelos consumidores. Aquele espaço está a poucos metros de estabelecimentos comerciais, de parques infantis, bem como de outras valências, como seja a Universidade da Terceira Idade. --

----- Ora, estes factos trazem atrás de si o medo de todos os que ali habitam, trabalham ou estudam! Não é concebível qualquer contratação sem carecer de uma consulta pública. Por isso, a resposta que os Peticionários vieram pedir foi aquilo que têm vindo a fazer há anos, junto da Assembleia de Freguesia, ou seja, que a decisão da localização seja tomada e decidida com os cidadãos do Lumiar, porque o que ali se discutiu foi apenas a gestão do serviço de apoio integrado, tal como está anunciado na página da Junta de Freguesia do Lumiar.-----

----- Como disse, desde 2017 que o PSD se tem insurgido em Assembleia de Freguesia, no sentido de a Câmara se inibir de deliberar sobre a instalação e abertura da sala de consumo assistido no Lumiar, tendo ficado explícito a informação do PSD do desconhecimento do projeto, modelo e localização, tendo dado entrada de moções e recomendações, tendo uma delas sido aprovada por maioria com o voto do PS, e até ao momento a Câmara nunca cumpriu ou respeitou as deliberações aprovadas em Assembleia de Freguesia.-----

----- Ainda neste contexto, o PSD e CDS, em setembro de 2020, apresentaram uma moção, para que, de imediato fosse suspenso o processo de consulta pública em aberto e dada sem efeito qualquer decisão da concreta localização de um Serviço de Apoio Integrado, com programas de consumo assistido. Essa moção foi aprovada por maioria, e, a 30 de dezembro de 2020, foi realizada uma sessão cuja ordem de trabalhos no seu ponto 6 era: “*Ponto de situação do Serviço de Apoio Integrado*”, tendo-se constatado através das audições que decorreram na 6.ª Comissão Permanente que estiveram ali presentes o Senhor Vereador Manuel Grilo, Representantes do SICAD, da CRESCER NA MAIOR e ainda alguns dos peticionários, e constou-se que foi abordado o tema da localização, pese embora a moção aprovada.-----

----- Para terminar, quando se diz, que a solução das salas de consumo não estarem expostas a não utentes é a colocação de um muro, se seguirmos essa regra, ou melhor, a regra do PS, podemos então colocar uma sala de consumo vigiado em qualquer lugar da cidade, apenas tapando as vidraças, para ninguém ver o que se passa lá dentro.-----

----- Importa respeitar os cidadãos do Lumiar, quem lá mora, quem lá estuda ou trabalha, e a Câmara Municipal de Lisboa, definiu o processo em conformidade com os seus interesses e subestimou aquela população.-----

----- A Câmara passou um atestado de incompetência aos cidadãos do Lumiar, tudo isto foi uma atitude desprovida de humildade, importa reconhecer os erros, e, acima de tudo, ouvir os cidadãos do Lumiar.-----

----- Disse!”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões, do PCP”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez, boa tarde a todos.-----

----- A matéria que hoje, com a qual somos confrontados, faz parte de um problema maior que é um flagelo das toxicodependências.-----

----- O PCP reafirma a necessidade e exige políticas transversais de combate, tanto ao tráfico, como à toxicodependência, capaz de dar respostas às complexas e muito exigentes questões que este problema levanta à nossa sociedade.-----

----- Tem havido grandes avanços a este nível, e a verdade é já aqui alguém disse hoje, Portugal é considerado um dos países na Europa, com políticas mais avançadas

nesta área, é até, necessário dizer que, por exemplo, um dos intervenientes, na 6ª Comissão, que foi o Doutor João Goulão é talvez o mais conhecido no estrangeiro e em relação às toxicod dependências, a programas de proteção da toxicod dependência, que em Portugal. Não deve de haver programa a nível da União Europeia em que o Doutor João Goulão não tenha participado, e exatamente, por isso, Portugal é considerado um dos países pioneiros em ações e atitudes nesta área, e não é por acaso que temos reduzido em muito os problemas de saúde pública a nível de problemas físicos e de saúde dos consumidores. -----

----- No entanto, o problema não deixou de existir e apesar de todos estes avanços continua a existir no país, necessidades de ação e de intervenção, com o destaque para redes públicas de atendimento e tratamento dos toxicod dependentes, programas de redução dos danos, aprovação da legislação de forma a que não se trate o toxicod dependente como um criminoso, mas sim como um doente, e intervenções que algumas delas poderemos considerar pioneiras, como por exemplo, no Casal Ventoso.-

----- É verdade que hoje existem novas realidades em relação a algumas dezenas de anos atrás, mas também existem motivos acrescidos e inquietantes preocupações, por isso é necessário continuar a investir, acima tudo nas vertentes de prevenção e de dissuasão e apenas deixar o mínimo que possa acontecer para o tratamento, que é neste caso que estamos aqui a falar.-----

----- Na 6ª Comissão e não posso deixar de felicitar, a Deputada Relatora, deste complexo relatório, as várias intervenções esclareceram muitas posições, felicitamos também os Peticionários, mas ficou claro que é indispensável intervenções em locais, onde se sinta essa necessidade. -----

----- Penso que há aqui alguma confusão, ou seja, para o PCP há uma certa confusão entre serviços de apoio integrado e salas de consumo assistido, e por isso, o PCP, defende serviços de apoio integrado de cariz e finalidades social, que considera que excedem em muito o mero conceito da sala de consumo assistido. -----

----- Em serviços de apoio integrado, poderá existir ou não, uma sala de consumo assistido, e se é verdade, conforme os Peticionários, o referiram várias vezes, não se justificar então será ponderada essa situação, pensámos nós e para sermos coerentes, aliás, como o fizemos na Assembleia de Freguesia do Lumiar, quando existiu esta discussão sobre o assunto, nós não podemos acompanhar totalmente, favoravelmente, a sua totalidade, como disse, por coerência e quanto a esta discussão, porque votaremos, o ponto 1, negativamente, mas sim, estamos de acordo com todos os outros pontos.-----

----- Boa tarde.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes, do PEV, em online”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde.-----

----- Gostaríamos de começar por agradecer a participação dos primeiros subscritores de ambas as Petições nºs 11 e 12 de 2020, pois manifestam um ato de intervenção cívica sobre uma relevante questão de cariz social.-----

----- O tema em debate não é novo, pois desde 2017 que os Peticionários dizem não terem sido devidamente postos ao corrente ou lhe terem sido prestadas respostas às observações entretanto formuladas, contestando hoje a localização proposta para um Serviço de Apoio Integrado fixo. Todavia, vem também tardando as inadiáveis soluções de implementação no terreno.-----

----- Entretanto, devemos reconhecer a ação do Município por, perfaz amanhã exatamente 2 meses, ter inaugurado a primeira sala fixa de consumo assistido de drogas na zona do Vale de Alcântara, onde os principais objetivos deste equipamento são, não só o de retirar as pessoas do consumo a céu aberto, como oferecer-lhes atendimento ao nível das estruturas de saúde, com condições sanitárias, de higiene e de segurança. E, desde então, este centro já acolhe um conjunto regular de utentes, com os objetivos futuros de recuperação social e de procura de reintegração em sociedade. -----

----- O que sabemos é que o combate já é antigo.-----

----- Por exemplo, que o Decreto-Lei nº 183/2001, já regulava a criação de programas e de estruturas sócio sanitárias destinadas à sensibilização e ao encaminhamento para tratamento de toxicodependentes, bem como à prevenção e redução de atitudes ou comportamentos de risco acrescido e minimização de danos individuais e sociais provocados pela toxicodependência, estabelecendo que estes devem ser da iniciativa das câmaras municipais ou de outras entidades, cabendo a autorização para a sua criação ao IPDT, hoje Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, o SICAD. -----

----- Com o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013/2020, materializou-se um novo ciclo, com o alargamento da abrangência das políticas nesta área aos comportamentos aditivos e às dependências em geral.-----

----- Tem-se em vista salas de consumo como espaços onde os toxicodependentes possam consumir, com a supervisão de pessoal qualificado, que poderá intervir em caso de sobredosagem, salas que ofereçam condições de saúde e higiene, combatendo, sobretudo, uma questão de saúde pública, evitar novas infeções, mortes por *overdose* e aproximar as pessoas às estruturas de saúde. -----

----- E desde há muito foram disponibilizados no Lumiar os principais documentos enquadradores e trabalhos preparatórios, designadamente a proposta inicial de modelo de gestão preparado pelo Grupo das Dependências da Comissão Social de Freguesia, entre 2014 e 2018, os diagnósticos da cidade de Lisboa no quadro do Plano Operacional de Respostas Integradas, incluindo elementos de 2015, 2018 e 2019, mais o protocolo celebrado em 2018 entre a Câmara, o SICAD e a ARS-LVT, aprovado em reunião de Câmara de 9 de Maio de 2019, sem votos contra e apenas com a abstenção do CDS. -----



----- Portanto, até aqui, nada de novo, pois este enquadramento e todos estes dados eram públicos.-----

----- Num diagnóstico feito em 2018, pelas associações que trabalham junto da população toxicodependente, para a localização das salas de consumo, foram avaliados os lugares de maior consumo na cidade, tendo-se dado conta de que a maioria dos 1.400 consumidores identificados “*não saíam dos seus bairros para consumir*”, pelo que as respostas teriam que “*estar onde as pessoas estão*”.-----

----- Sabemos, de acordo com o recentíssimo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, que a pandemia teve um impacto importante no tráfico, tendo o confinamento favorecido a adaptação dos traficantes, a venda através da Internet e serviços de entrega por correio ao domicílio de substâncias ilegais. Também para Portugal se constatou que os consumos aumentaram durante a pandemia.-----

----- Pelo que, tentar tapar os olhos a estas ocorrências seria fazê-lo apenas com uma peneira, mascarando estas duras realidades sociais.-----

----- A Lei diz-nos que “*os programas são autorizados apenas para zonas de grande concentração de consumidores por via endovenosa, não podendo ser instalados em espaços ou centros residenciais consolidados*” e “*a localização escolhida, quer no que diz respeito a instalações fixas, quer no que diz respeito a instalações móveis deve, tanto quanto possível, evitar a exposição a não utentes*”.-----

----- E também, por a responsabilidade da localização não ser das freguesias, ter a Câmara determinado salas de consumo assistido móvel, entre Arroios e o Beato, e duas fixas, a recém-inaugurada no Vale de Alcântara e outra no Lumiar. E também sabemos que o SICAD prevê vir a apoiar o projeto em 80%.-----

----- E porquê nestes locais?-----

----- De acordo com o relatório final de diagnóstico para Lisboa em 2019, elaborado no âmbito do PORI, destacam-se as freguesias de Arroios, Marvila, Benfica e Lumiar, como aquelas com maior número de indivíduos sujeitos a processos de contraordenação associados aos consumos, sendo as duas últimas mais heterogéneas, com bairros sociais e bairros de classe média, onde se encontram muitas famílias com filhos jovens. Deste modo, continuo a citar, a Freguesia do Lumiar é a que regista maior número de processos associados ao consumo de cannabis e também uma das que tem maior número de indiciados residentes.-----

----- Por ser conhecido que, na zona norte da cidade, o consumo se centra na freguesia do Lumiar, que é desde há muito um dos principais focos de circulação de estupefacientes, de entre as 24 freguesias da capital, e onde terão sido identificadas 270 pessoas, onde predomina a cocaína (54%) e a via fumada (66%), com quase 20% de pessoas a viver na rua ou sem uma habitação própria.-----

----- De acordo com a Associação de Residentes do Alto do Lumiar (ARAL), quem vive mais próximo dos locais de consumo vê o programa como positivo, mas, e vou citar a ARAL, “*muitos moradores que não têm o problema à porta de casa são mais céticos*”, pelo que facilmente se pressupõe que alguns temam a desvalorização das suas casas.-----

----- Também é do conhecimento público que os consumos “são feitos sem qualquer segurança, sem qualquer higiene, sem qualquer dignidade, quer para os próprios consumidores, quer para a comunidade local”, e que após a compra da substância, a maioria dos consumidores quer desesperadamente consumi-la. Se não puderem fazê-lo de forma reservada, consumirão a céu aberto e em lugares públicos.-----

----- Encontram-se referenciadas no Lumiar algumas das pessoas que comercializam ou já o fizeram e que até tiveram familiares detidos por esse tipo de comércio. Alguns lugares de tráfico até são conhecidos, como, por exemplo, um café em frente a uma Escola Secundária ou os inúmeros dejetos despejados nas traseiras norte do bairro, virada para o Parque Oeste. São factos e dados indelmentáveis.-----

----- Ou seja, estando identificados locais e traficantes, após a devida audição aos munícipes, falta determinar o local e instalar um Serviço de Apoio Integrado fixo.-----

----- Então, o que se estranha ou ainda não se conhece bem? -----

----- Se existem diagnósticos identificando zonas de tráfico e consumos na Freguesia, disseminados pelas esquinas, junto a escolas, a comércio e habitação, não será preferível haver local próprio e seguro com o devido acompanhamento sanitário e de higiene pessoal? -----

----- Existe receio da ocorrência de eventuais fenómenos de desvalorização do imobiliário, na sequência da instalação de uma sala de consumo assistido?-----

----- E, mantendo o “dedo na ferida”, não será que um posto local com Serviço de Apoio Integrado não irá pôr em causa e inviabilizar interesses no tráfico e livre comercialização de estupefacientes? -----

----- Recorde-se que, em 6 de julho de 2020 e depois em 24 de setembro de 2020, um Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul rejeitou a Providência Cautelar, entretanto intentada pelos recorrentes.-----

----- Em suma, urge responder ao problema das dependências na Freguesia com a instalação de Serviço de Apoio Integrado fixo com valências complementares, impõe-se que se ouçam os moradores, que rapidamente se conclua a discussão pública e seja apresentada uma ponderação final sobre os locais alternativos, pois não podemos, nem devemos, continuar a adiar soluções que tardam há décadas. -----

----- Finalmente, Senhor Presidente, solicitamos, também a votação em separado do ponto 1 do Parecer da 6ª Comissão-----

----- Muito obrigado. -----

----- Boa tarde.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura, do CDS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, -----

----- Senhores Secretários, -----

----- Senhores Vereadores,-----

----- Senhores Deputados, Caro Público, muito boa tarde. -----

----- Querida, obviamente, em primeiro lugar, saudar a iniciativa de quase cerca de 4.000 cidadãos, que se juntaram nestas duas Petições, sobre a sala de consumo assistido, isto comprova a importância desta matéria para atuação local do Lumiar, mas também dos arredores, que não afeta apenas, quem vive, quem estuda e quem trabalha no Lumiar, e acima de todos mostra também a vitalidade dos lisboetas, a vontade de fazer e de tomar parte das decisões da cidade e, portanto, comprova que as decisões que são tomadas sobre a cidade, sobre a vida de todos nós, não podem ser feitas dentro de um gabinete, tem que ser feitas também com a população. -----

----- Obviamente, deixar uma palavra, de saudação e de apreço por aquele que foi o trabalho da Deputada Relatora, a Deputada Ana Mateus, que se empenhou e muito durante vários meses, para que pudéssemos hoje estar aqui a discutir este mesmo relatório. -----

----- Este é um tema, é uma situação que já foi aqui explicada, quer pelos meus Colegas Deputados Municipais, mas pormenorizadamente, pelos três Peticionários, que já aqui falaram. Nós temos questões por resolver, temos muito para explicar, mas temos acima de tudo um caminho que queremos, obviamente, ou que podemos percorrer, dependerá da nossa vontade. -----

----- E eu este território em particular, do território do Lumiar, que está aqui em apreço, importa destacar, em primeiro a questão do fenómeno da toxicodependência, eu penso que todos nós, que não há qualquer dúvida, somos a favor do tratamento, do apoio e da inserção social económica de quem infelizmente, o consumo, mas também de quem trafica. E, portanto, não vale a pena fechar os olhos a uma problemática que afeta às próprias, que afeta as suas famílias, mas também afeta a comunidade na sua envolvente, onde o ato da venda e do consumo existe. -----

----- Em segundo lugar, as respostas que existem. -----

----- Já falámos das salas de consumo assistida, fixas e móveis, e neste processo há um caminho que é caricato, ou seja, nos locais e dos dados que estão disponibilizados, nos locais com maior consumo e venda, designadamente, no eixo entre Arroios e a Penha de França, a Câmara, optou por unidades móveis, e nos locais com menos consumo e venda, optou por unidades fixas. -----

----- Caminho contrário, aliás, aquele que tem vindo a ser seguido pela Europa e que a Câmara tanto usa para defender os espaços de consumo assistido físico não deixa de ser caricato. -----

----- Depois, em terceiro lugar e sobre a sala em particular, a sala de consumo assistido fixa do Lumiar, há vários problemas por resolver. -----

----- Em primeiro lugar a questão da localização, já nos apercebemos que há aqui uma clara violação, ou alguns entendem, que há uma clara violação do Decreto-Lei nº 183 2001, que determina que estas instalações, não podem ser edificadas em espaços ou centros residenciais consolidados. O que é que a Câmara nos diz, é-nos dito pela Câmara que, no Plano Diretor Municipal e no Plano de Urbanização do Alto Lumiar, esta zona está definida como zona não consolidada, qualificada como espaço central e residencial a consolidar conforme plano de zonamento. Diz também, o Senhor Vereador Manuel Grilo e a Junta, que aquando identificação do local, portanto a

malha 10 do PUAL, o que constava no PDM, permitia ter ali um serviço de apoio integrado para este fim, exatamente na malha 10 do PUAL. Mas, entretanto, o que é que fez a Câmara? O que é que fez a Câmara do ponto de vista urbanístico, licenciou! E o que é que licenciou, para aquela zona? Licenciou nos terrenos logo adjacentes à malha das 10 do PUAL, várias residências universitárias e várias habitações que trarão em breve milhares de pessoas para aquele local consolidando urbanisticamente a zona, ou seja, esta zona passará a ser um espaço consolidado, portanto, quando foi pensado este espaço há cinco anos, estamos a falar de uma zona não consolidada prevista no PDM e hoje em dia, estamos a falar de uma zona praticamente consolidada com vários projetos, não é pensado, mas entregues na Câmara e licenciados e, portanto, estamos perante uma zona que rapidamente terá a sua consolidação e, em particular, no que diz respeito a residências universitárias que fazem tanta falta a Lisboa e que tantas vezes aqui vimos pedir quer aqui, quer na Câmara Municipal. -----

----- Depois, o que é que nos diz também, e faz a Câmara e a Junta? Quer insistir no erro de querer esta sala na mesma localização, como a decisão tivesse evoluído urbanisticamente e as premissas previstas no Decreto-Lei nº183 de 2001, não estivessem a ser violadas.-----

----- Acresce também, que à volta do espaço, e já foi aqui dito, por um dos Peticionários, nós temos creches, temos jardins infantis, temos a Universidade Sénior, temos duas escolas, temos centros de estudos, temos um parque infantil, entre outras valências sociais. A Junta de Freguesia, aliás, questionava várias vezes sobre o local, ou tanto dizia que haviam sido estudados vários locais, como dizia, segundo os Peticionários, e, segundo os relatos da Assembleia de Freguesia, que a malha 10 do PUAL, foi o único sobre o qual incidiu qualquer estudo para a utilização do serviço e, portanto, até hoje, estamos por perceber, pode ser que hoje saibamos, estamos para perceber se houve ou não várias possibilidades em cima da mesa, várias possibilidades estudadas para a localização destas salas de consumo assistido.-----

----- De resto, o próprio SICAD, levanta a possibilidade de unidades móveis, mas a este serviço cabe apenas pronunciarse sobre a localização e escolha do município, ou seja, a escolha, a decisão local, é da Câmara Municipal de Lisboa e, como sabemos com “*agreement*” da Junta de Freguesia.-----

----- Também sobre ainda esta matéria, houve uma providência cautelar com recurso, que não teve sucesso, uma vez que a mesma incidia sobre a construção do equipamento e não sobre o seu uso, é assim o seu uso que está a ser violado no âmbito deste Decreto-Lei, e, portanto, veremos quais são os próximos passos do ponto de vista legal sobre esta matéria, que iremos acompanhar, obviamente. -----

----- Em suma, a localização escolhida pela Câmara Municipal, com o acordo da Junta de Freguesia do Lumiar, viola a Lei, e não serve os verdadeiros propósitos do combate à toxicodependência. E não vale a pena dizer, como ainda agora aqui ouvimos, trazer para a discussão, que o problema são os moradores, que estão muito preocupados com a desvalorização dos seus imóveis, eu acho que isto é lamentável vir para aqui dizer isto, como estes moradores, e estes quase 4.000 Peticionários, que

apresentaram esta Petição, estivessem preocupados com a desvalorização dos seus imóveis, a mim parece-me inacreditável, e de resto lamentável que chega a este ponto de argumentos. -----

----- Depois, Senhor Presidente, em quatro lugar, a questão da falta do debate e informação à população. -----

----- Há um relatório do Grupo de Trabalho de Dependências da Comissão Social da Freguesia do Lumiar, que foi realizado entre 2016 e 2018 e tem, obviamente o seu mérito, e daqueles que também participaram, foi posto em consulta pública exatamente em 2018. Nessa altura, houve pouca informação sobre o mesmo, e aliás, sobre a divulgação do mesmo. Já em 2016, dois anos, antes, esta Assembleia Municipal, aprovava uma recomendação, para uma discussão pública sobre o tema, mas a discussão nunca foi realizada nem cumprida, portanto, nós tivemos um grupo de trabalho que fez o seu trabalho, passando a redundância, não ouviu, não cumpriu aquilo que são as deliberações da Assembleia Municipal, não tem que o fazer, porque é de cariz de Freguesia, mas podia ter tido em conta fazer uma discussão pública, ela não foi feita, nem no início de 2016, nem foi feita no final, aliás, a própria assembleia de Freguesia do Lumiar, aprovou em 2018, uma consulta pública, que veio a ser realizada muito mais tarde. -----

----- Depois ainda no âmbito deste relatório, houve então consulta uma pública em 2020, apenas sobre esta resposta social e nunca, mas nunca, aquilo que divide as pessoas no Lumiar, porque nós temos vindo a perceber que é a localização da mesma e, portanto, mais uma vez uma falha. E aquilo que já foi aqui dito, é que esta obra arranca no local, sem qualquer referência ao seu objeto, ou seja, quem passasse ao lado daquela obra no início, não sabia o que estava a ser construído, e, portanto, isto ao juntar, ao facto de não haver uma discussão sobre a localização, parece-me a mim que não foi uma verdadeira discussão nem houve uma clarificação sobre o tema. Não houve, obviamente, e já percebemos um envolvimento da população, de resto, foi subscrita pelas várias associações de moradores, de comerciantes, que fizeram chegar à Assembleia Municipal a sua posição, e também dos cerca de quatro mil Peticionários, que a defender uma discussão pública clara e aberta sobre o tema, que como disse, não existe, e, obviamente, que um debate sobre a localização da sala de consumo assistido fixa, não é um mero pormenor nesta discussão. -----

----- Depois sobre as deliberações da Assembleia de Freguesia, eu sei que nós estamos na Assembleia Municipal, e há quem diga, bem, na Assembleia Municipal, não temos que ligar aquilo que é feito nas Assembleias de Freguesia, enfim, eu acho que não podemos estar alheados daquilo que se passa na cidade, muito menos aquilo que se passa nos órgãos públicos, nos órgãos autárquicos e de uma vontade expressa de uma Assembleia de Freguesia. -----

----- Devo dizer que, de resto, o CDS apresentou uma Moção na Assembleia de Freguesia de Lumiar, contra a sala de consumo assistido fixo no Lumiar, que, em setembro de 2020, como já foi aqui dito, foi aprovada uma Moção do PSD e do CDS, para que fosse suspenso este mesmo processo, essa proposta foi aprovada pelo Partido Socialista, inclusive, e enfim, hoje já percebemos que o PS afinal, pelo menos na

Assembleia não concorda com a posição dos seus Eleitos na Assembleia de Freguesia do Lumiar. -----

----- Para terminar, Senhor Presidente, sobre os dados de consumo.-----

----- O relatório que funda a decisão da sala, trabalha dados de 2017. Os resultados mais recentes referem uma diminuição do consumo, o próprio relatório do SICAD em 2019 em matéria de processos de contraordenação, a Freguesia do Lumiar aparece como a freguesia com menos casos, traduzindo-se em metade dos números face a 2017, acresce o facto da deslocalização do Bairro da Cruz Vermelha, para Santa Clara, onde se dizia que era um dos piores locais de consumo e tráfico de droga, mesmo ao lado da malha 10, já o PORI de 2019, referente à incidência de HIV, registaram uma diminuição de 90%, e a decisão da localização prende-se obviamente, com a proximidade da venda e consumo, como percebemos por estes dados, que tem vindo e tende a diminuir, acresce ainda o facto, que *European Drug Report*, verifica a consolidação do fenómeno da urbanização do consumo de droga, ou seja, tem acontecido e também na cidade de Lisboa, que quem compra droga acaba por consumi-la em outro local onde faz essa compra.-----

----- Senhor Presidente, a terminar, e dizendo que acho que bem que Portugal, tem sido pioneiro nesta matéria e na redução do consumo, o que mais uma vez, vem dar-nos razão, dizer que este flagelo ninguém o esconde, é um flagelo que tem que ser resolvido, que é importante de regular o consumo na via pública e exposição aos demais, obviamente, em particular às crianças, que entendemos que a Câmara deve tomar as rédeas de uma verdadeira discussão pública ampla e clara, que não foi feita até agora, e que tem que colocar em cima da mesa não só alternativas de localização, mas também sobre a possibilidade de se optar face à admissão dos números sobre salas de consumo, de unidades de salas de consumo assistido móveis.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente pela sua tolerância.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente,-----

----- Senhoras e Senhores Vereadores,-----

----- Senhoras e Senhores Deputados, boa tarde a todas e a todos, de novo.-----

----- Respeitamos os Peticionários, que apresentaram estas Petições a esta Assembleia, mas como sempre em democracia, há várias posições sobre a matéria. -----

----- Queremos recordar, há mais de vinte anos, o país enfrentava uma epidemia que matava milhares de pessoas e que destruía milhares de famílias, para enfrentar essa epidemia de consumos foi feito um relatório e depois, uma Lei que proponha um conjunto de medidas para enfrentar precisamente essa epidemia de consumos. -----

----- Na altura, deixa-me recordar-vos, a direita disse que era uma irresponsabilidade e que essa estratégia atraía mais consumidores e mais droga, aliás, um destacado líder

da direita, que agora é comentador disse “*que haverá aviões cheios de estudantes, que virão para o Algarve, prometemos sol, praias e qualquer droga de que se goste.*” -----

----- Vinte anos depois, a estratégia de descriminalização do consumo, fez com que o consumo não aumentasse, não há mais consumidores, não há mais droga, a epidemia foi controlada, Portugal, é um caso de sucesso internacional, e agora nesta sessão, a direita dá os parabéns aos sucessos de uma estratégia a que sempre se opôs, é caricato! Mas mantém-se, mantém-se bolsas e mantém-se o consumo a céu aberto em alguns locais do país, em alguns locais da cidade. E o que os relatórios internacionais dizem, os diagnósticos locais dizem, é que é preciso políticas públicas que vão ao encontro desses problemas, e houve uma peça do relatório e da Lei de há vinte anos que nunca foi posta em prática, as salas de consumo vigiado. -----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, foi preciso eleger um Vereador do Bloco de Esquerda em Lisboa, para que essa peça essencial para a redução de riscos fosse posta em prática. -----

----- Desde há dois anos, que já há em Lisboa, salas de consumo vigiado, fazendo um trabalho essencial com as populações, que têm consumos e são salas que hoje são bem vistas pelas populações que servem. -----

----- Os locais onde a Câmara, e a Junta e as entidades nacionais, que tratam das questões do consumo querem abrir salas de consumo vigiado, vêm em relatórios oficiais dessas entidades de 2015 e de 2019, e uma dessas localizações é, de facto, a Alta de Lisboa e o Lumiar. -----

----- A Câmara e os parceiros fizeram o seu trabalho de aprofundamento do diagnóstico no local, fizeram grupos de discussão, reuniões, sessões públicas, foi como tinha de ser, foi um dos processos mais participados e participativos que já aconteceu em Lisboa. -----

----- As recomendações da direita são na verdade para manter o medo e o obscurantismo sobre as salas de consumo vigiado e sobre as pessoas, que têm consumos e isso não aceitaremos. -----

----- As recomendações da Comissão, muitas delas já estão a acontecer. A discussão pública, sim senhor, está a ser feito. Monitorização do fenómeno das dependências, sim senhor, está a ser feito. Manutenção das respostas integradas, sim senhor, está a ser feito. Avaliação e autorização do SICAD, é obrigatório por Lei, sim senhor, está a ser feito. Localização alternativa. Foram estudadas, a Lei cumprida, sim, está a ser feito. As salas de consumo vigiado deixaram de ser letra morta na Lei, passados vinte anos, graças à eleição de um Vereador do Bloco de Esquerda. Mais segurança e a redução de riscos, para quem tem consumos, mais segurança e saúde pública para todas as pessoas, é esse o caminho que vamos fazer, e que temos mesmo de fazer. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria, do MPT.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Inácio Faria (MPT),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----  
----- Ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, deixe-me dizer-lhe que a consulta aos munícipes “*Não Senhor, não está a ser feita!*” -----  
----- Muito obrigada. -----  
----- Senhor Presidente, começou por cumprimentar a Senhora Deputada Romualda Fernandes, que há pouco não tive oportunidade de a cumprimentar, pelo que o faço agora, peço-lhe imensa desculpa, e muito obrigado pela sua presença e pelas suas palavras de há pouco.-----  
----- Aproveito ainda, a oportunidade para agradecer este ato de cidadania aos Senhores Peticionários e agradecer também a sua presença aqui. -----  
----- Senhor Presidente, apenas algumas palavras para referir que o Partido da Terra está solidário com as justas reivindicações dos lisboetas residentes no Lumiar, designadamente no que respeita à recorrente falta de auscultação das populações por parte deste executivo camarário, representado no Senhor Vereador do Bloco de Esquerda, que tem aqui um representante, que antes de terminar o prazo para a audição dos interessados, no âmbito da Consulta Pública promovida pela Junta de Freguesia do Lumiar, tomou a decisão de marcar a localização concreta da Sala de Apoio Integrado sem sequer tomar em consideração algumas das preocupações destes residentes.-----  
----- Acresce, até que, segundo os Senhores Peticionários, o local que a Câmara unilateralmente escolheu para instalar a Sala de Apoio Assistido se encontra numa zona residencial consolidada e altamente povoada, junto a escolas e a estabelecimentos comerciais, em clara violação do Decreto-Lei 183/2001, de 21 de Julho, que aprova o regime geral das políticas de prevenção e redução de riscos e minimização de danos, e que refere no seu artigo 70, n.º 2 que estas instalações e locais de atividade, e passo a citar “*não podem ser instalados em espaços ou centros residenciais consolidados*”, como parece ser o caso presente.-----  
----- Caros Colegas, o Partido da Terra, pese embora opiniões científicas divergentes, não é contra a instalação destas salas de assistência como forma de apoio e de encaminhamento sócio terapêutico dos toxicodependentes, agora o que somos totalmente contra é à instalação destes Centros em zonas residenciais consolidadas e, ainda para mais junto a estabelecimentos de ensino, que acabarão por ter exatamente o efeito contrário pretendido ao da prevenção e resolução de riscos uma vez que necessariamente irão expor os moradores não utentes, entre eles crianças e jovens, a este flagelo que se pretende precisamente evitar. -----  
----- Caros Colegas, já tudo aqui foi dito e o próprio Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência também nos aponta para o facto de esta não ser a solução mais acertada. -----  
----- Mas, Caros Colegas, no Partido da Terra o que entendemos é que não é desta forma que se gerem os assuntos do Município e que muito menos é desta forma que a Câmara cumpre com uma das suas obrigações, o de bem servir os munícipes de Lisboa.-----



----- Assim, e pelas mesmas razões aduzidas pelos Senhores Peticionários, também, em ambas as Petições, o Partido da Terra espera que o executivo camarário repense a sua decisão com base nas recomendações que os Senhores Peticionários nos apresentaram e decida a favor da população e não contra esta. -----

----- Senhor Presidente, termino informando que o Partido da Terra irá votar favoravelmente alguns pontos da Recomendação n.º 151/02 da 6ª Comissão Permanente, que pedimos seja votada ponto por ponto, e referir que iremos votar favoravelmente a Recomendação n.º 151/02 na sua totalidade, apresentada pelo PSD e pelo CDS. -----

----- Muito obrigado” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, que vai falar online.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente. -----

----- As minhas primeiras palavras para saudar os Peticionários de ambas as Petições tiveram de facto aqui um notável esforço cívico da defesa, daquilo que entendem ser os seus interesses no município e na sua área territorial. E dizer de seguida, não adianta vir a esta Assembleia Municipal, rasgar vestes em nome do sagrado direito à participação pública se depois a participação pública, afinal, serve apenas para aquilo que não nos agrada e para protelar decisões relativamente àquilo (*inaudível*) podemos e devemos antes defender o princípio da participação pública, do debate público como um todo. -----

----- Ora no caso em apreço, trata-se de uma medida que é da competência do Município, cabendo ao Município, a promoção da discussão pública no âmbito municipal, porque uma política municipal se trata e, portanto, por muito bem a conta dá que seja a posição de uma Junta de Freguesia, em promover um debate público, ele não substitui a consulta pública e o debate público, que tem de ser feito no âmbito da pessoa coletiva que tem competências, que é o Município e não a Freguesia. -----

----- E da mesma forma que eu respeito as competências das freguesias, gosto também que as competências do Município sejam respeitadas, e, portanto, o debate público impõe-se, a consulta pública, impõe-se ao nível municipal, até porque estas instalações têm também efeitos noutras freguesias, portanto, não respeita apenas ao Lumiar. E, portanto, o processo a avançar e antes de ser aprovado, por quem tem competência para o efeito, que é o IPDT e o SICAD, deve respeitar este princípio de consulta pública e de participação popular, que em tempo oportuno, aqui propôs a esta Assembleia, em setembro do ano passado, foi rejeitada tal proposta. -----

----- Segundo aspeto, é importante vincar que estes equipamentos são essenciais, no quadro de uma política de saúde pública e de prevenção da toxicod dependência, e que não devem de forma nenhuma serem anatemizados, seja a que título for. E, portanto, é bom concluir que deve prosseguir a política de instalação de salas de consumo assistido, que deve haver uma deliberação que enquadre a localização destas unidades,

com critérios objetivos que a Lei não nos fornece e o critério dos quinhentos metros das escolas, de que tanto se fala e que eu, aliás, primeiramente, aqui sugeri, é aquele que é vejam lá, aplicável ao licenciamento dos videojogos à volta do estabelecimento escolar há mais de dez anos e, portanto, parece-me um critério justo, e todo este processo pode e deve ser reavaliado à luz de critérios objetivos para a instalação dos equipamentos, primeiro lugar, e em segundo lugar precedida de uma consulta pública pelo órgão que para o efeito tem competência, por mais que seja boa a intenção da Junta de Freguesia do Lumiar. -----

----- Portanto, acompanharei as recomendações da Comissão e acompanharei também, algumas das recomendações aqui apresentadas pelo PSD e pelo CDS, na parte em que respeitam à questão da necessidade desta consulta pública prévia e de âmbito municipal, porque eu defendo a participação dos cidadãos, quando sou a favor das medidas, e quando sou contra a ela, é dessa coerência que vivo e, aliás, foi essa coerência que o Bloco de Esquerda teve no mandato passado ao exigir expressamente na proposta que apresentou, na recomendação que então apresentou, no mandato passado, a exigir essa consulta pública às populações e que tem de ser promovida pelo município. -----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, com tempo cedido pelo Deputado Raul Santos, online, também.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (IND),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Senhor Presidente, -----

----- Senhores Deputados Municipais. -----

----- Uma primeira nota para saudar os Peticionários, que no exercício de cidadania ativa não baixaram os braços, perante uma intervenção feita no seu território e à sua revelia. -----

----- Uma saudação também à 6ª Comissão, pelo trabalho que desenvolveu e, nomeadamente, à Senhora Deputada Relatora Ana Mateus. -----

----- Infelizmente, este é apenas mais um caso em que se gere a cidade sem as pessoas e até contra as pessoas, as preocupações expostas e os problemas elencados nas Petições são legítimos e devem ser acautelados. Não faz sentido uma sala de consumo assistido a cem metros de uma universidade sénior ou de uma creche, ou a trezentos metros dos colégios e escolas, ou numa zona residencial e que vai ter em breve residências de estudantes já licenciadas pela Câmara de Lisboa. -----

----- No Parlamento, projetos relativos à venda de cannabis, quer do Bloco de Esquerda, quer da Iniciativa Liberal, preveem que esses estabelecimentos devam ficar situados a mais de quinhentos metros de estabelecimentos de ensino, na cidade, o Vereador do Bloco de Esquerda e o Presidente da Junta do Lumiar do PS, querem

uma sala de consumo assistido, a menos de quinhentos metros de escolas, creches e colégios, não faz sentido! -----

----- Senhor Presidente e Senhores Deputados, só há uma solução para esta problemática, arranjar outra localização, que seja lógica e que faça sentido, e que cumpra a Lei. Arranjar outra solução que respeite a vontade da população e da sua Assembleia de Freguesia, é isso que se espera dos órgãos autárquicos. -----

----- Disse!” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Delgado Lopes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Lopes (PS),** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, a todos e todas. -----

----- Senhor Presidente, -----

----- Senhores Deputados, Senhores Peticionários, também a todos os que trabalharam no presente relatório, e no muito trabalho que ao longo de vários anos, se tem vertido na tentativa de encontrar uma solução para um problema estruturante, grave, que a Freguesia do Lumiar, e em muitos pontos da cidade de Lisboa atravessam.-----

----- Acho que acima de tudo, é importante que o debate seja sério, seja calmo, que não o fulanizemos, que procuremos a termos às intenções e à vontade de resolver problemas às populações e que não assumamos o debate como sendo esta iniciativa, a opção de ter salas de consumo vigiado e de ter respostas na área da dependência, como algo que é feito como uma agressão ou como algo que é feito contra as populações. -----

----- Objetivo principal em primeira linha, servir as populações fragilizadas, servir as populações, as pessoas que estão em situação de dependência e que são talvez as mais marginalizadas da sociedade, e que dificilmente muitas vezes conseguem encontrar da parte das entidades públicas, quem lhes dê mão e quem as ajude a sair do fosso em que se encontram. -----

----- Obviamente, que é problemático da perspectiva de uma situação que gera desconforto, que é fácil de ser acicatada, de gerar receios, e de gerar medos, e, portanto, é um debate que é particularmente difícil, porque puxa pelas emoções e assenta muito pouco na racionalidade.-----

----- Mas eu, durante toda a tarde, durante toda a sessão e já em momentos anteriores tenho ouvido falar, enfim, da incompreensão de colocar uma sala de consumo vigiado ou um equipamento desta natureza, a quinhentos metros ou a menos de quinhentos metros de uma escola, de uma creche, de um local de apoio à infância. Pois bem, é hoje, nos dias que corre, junto as escolas, junto a creches, junto a centro de apoio à infância, junto à Universidade da Terceira Idade, na casa de banho do Mercado do Lumiar, no quiosque que se encontra na Praça Verde, que o consumo acontece, e a razão pela qual se desenha e se procura encontrar uma resposta para este problema, é porque hoje estamos já confrontados com esta dificuldade. -----

----- Pode não ser visível, pode não ser visível a todos, pode esconder-se do olhar público, mas é este diagnóstico que ao longo dos anos tem procurado fazer, e que se procura escrutinar, e os dados estão disponíveis, estão disponíveis para Lumiar, estão disponíveis para o resto da cidade, e que fundamentaram aquela que é a proposta apresentada e na qual se procura dar uma resposta para este território.-----

----- Obviamente, que grande parte da motivação e grande parte daquilo que se assistiu aqui hoje foi a existência ou não de participação pública, com um grau mais ou menos amplo de intensidade.-----

----- Tudo o que há sobre a participação pública, sobre as sucessivas reuniões da Assembleia de Freguesia, sobre as sucessivas reuniões da Comissão Social de Freguesia, sobre os documentos aí produzidos, sobre as entidades que participam e que são representativas da comunidade, Associação de Moradores, a Santa Casa Misericórdia de Lisboa, entidades públicas, entidades privadas, tudo isto está documentado, é acessível, está consultável *online*, portanto, eu vou-me dispensar-me de fazer novamente esse ponto, não o vou repetir, porque efetivamente ele é comprovável objetivamente, com dados, com datas, com locais, vou-me sim, focar noutra coisa que é, de facto de ser importante que esta resposta seja o mais consensual e o mais abrangente possível, e desde sempre tivemos e continuamos a manifestar a disponibilidade para continuar a dialogar com todos, mesmo aqueles que se opõem, ou ao equipamento em si ou equipamento naquele local, ou aquele perfil de respostas. E se em algum momento, e aí assumo, se a falha for minha em algum momento, se afere alguém que tenha que assumir por não ter conseguido fazer esse diálogo e alargá-lo assumo totalmente a responsabilidade. Mas que isso não seja, um fator que impede a construção que esta cidade, que estas pessoas, aquelas que consomem, mas aqueles que quando vão à horta pedagógica da sua creche ou do seu jardim-de-infância, lá encontrem uma seringa, que tem de ser removida pelas equipas da Crescer, que tantas vezes neste debate foram anatomizadas, ou seja por serem interessadas potencialmente, porque são aqueles que gerem o equipamento, mas que na verdade muitas vezes são eles que arriscam ter que lá ir buscar a seringa, e terem que se picar ao buscar a seringa, e não falo de abstrações, falo de casos concretos, porque tem que manusear os materiais que são perigosos e que são sensíveis. -----

----- E, portanto, o trabalho aqui os reflete, enfim, poderemos todos olhar para o texto da 6ª Comissão, enfim, ninguém se reverá nele inteiramente, porque todos teremos a ideia, de que aquela palavra, aquela vírgula, aquela expressão, pode não ser a mais adequada, mas, apesar de tudo as recomendações que dali resultam, são particularmente equilibradas, para aquilo que todos, penso que queremos, que a consulta pública continue, eu uso a expressão, continue, tenho que usar a expressão continue, porque efetivamente, ela foi lançada em 2018, está disponível e manteve-se em aberto e continua em aberto. -----

----- Suscita aos Peticionários, e compreendo o ponto a questão da localização, como procurei explicar em vários momentos e também porque se desvançam as dúvidas. ---

----- A questão da localização da ótica de quem no município, na freguesia, olhou para o tema foi, efetivamente, verificar onde é que aqueles difíceis critérios que resultam

do Decreto-Lei, talvez já datado, talvez já com muitos anos, talvez precise de ser revisto, mas que aquele com o qual trabalhamos, conseguem ser reunidas. Porque, de facto, aquilo que disse na audição dos Peticionários, “Por um Areeiro mais Seguro”, numa outra qualidade de Deputado da Assembleia Municipal, foi precisamente isto, é especialmente difícil encontrar uma localização que consiga ser equilibrada.-----

----- Por um lado tem que ser junto de uma zona em que há consumo de substâncias por via endovenosa, simultaneamente, não pode estar uma zona consolidada e, portanto, identificar, no fundo somando estas várias variáveis, na avaliação que se fez procurando cumprir a Lei, obviamente, nem o Município, nem a Freguesia são loucos a querer colocar um equipamento desta sensibilidade, desta dificuldade, de discussão em espaço público sem o devido cumprimento da Lei, foi identificar aquele local que nos pareceu ser o único que cumpria os requisitos para um equipamento fixo desta natureza.-----

----- Mas volto a dizer, podemos ter falhado, como todos podemos ter errado, o ponto de ter esta oportunidade, isto é frisado claramente na recomendação, olhemos para o território, olhemos para o território e verificamos se esse diagnóstico estava ou não estava errado, e se outros locais alternativos possam existir.-----

----- Mas já agora digo, e não digo isto, para teimar e porque quero marrar contra a parede, parece-nos verdadeiramente que não existe outra alternativa para um equipamento com este perfil, obviamente, esperemos que a discussão possa encontrar outro que todos satisfaça. -----

----- E, já agora, em grande parte do processo, que também acompanhamos nos outros pontos da cidade, aquilo que a evidência nos vai mostrando, é que muitas vezes um equipamento e uma resposta móvel não é tão adequada, não é tão garantística para as populações com uma resposta fixa, e dessa razão também, temos preferido uma resposta fixa, que com maior estabilidade, oferecesse essa alternativa. Bom, pode-se dizer, é contraditório, num sítio onde aparentemente temos mais consumos, é onde temos a resposta que não é a resposta fixa, pois, mas precisamente, por esta dificuldade em arranjar um local nas outras freguesias, não foi possível encontrar um local para ter um equipamento fixo e optou-se pelo equipamento móvel.-----

----- Mas também, não posso esconder isso (*inaudível*) e manter-se-á um processo de validação pelo SICAD e por outras entidades, for, bom, então concluiu-se que no Lumiar não é possível ter uma solução fixa, assim será, e a Lei será cumprida, e, portanto, não haverá equipamento fixo, não haverá sala de consumo vigiada fixa, se a conclusão no processo de licenciamento for essa, também, nunca o escondemos. -----

----- Razão pela qual também, queria deixá-lo, com muita clareza, neste ponto que sempre se assumiu, quer desta perspetiva da dificuldade em encontrar um espaço, mas ter que encontrar uma formulação para o construir, sempre se assumiu, que todo este equipamento tem que ser sujeito a uma avaliação permanente, porque quer os dados da envolvente urbanística podem mudar, e, portanto, a zona que não era consolidada pode passar a sê-lo. Quer os dados de consumo podem mudar, seja diminuindo, seja aumentando, quer também a necessidade de readequar a resposta ao perfil dos consumos, foi aqui já dito, também as próprias substâncias que são consumidas são

diferentes, a própria natureza das deslocações e das movimentações são diferentes, e, portanto, sempre, isto consta de todos os documentos, sempre isto foi assente também, como um ponto de total clareza. -----

----- Tanto assim é, que um equipamento desta natureza servirá o seu propósito se derrotar-se a si próprio, ou seja, uma sala de consumo ou um equipamento de apoio servirá o seu propósito, no dia em que fechar a porta, é o dia do seu sucesso é quando ele deixar de ser necessário. -----

----- E se sabendo isso, isto também foi expresso e foi claro, e também queria deixar nota disso mesmo, sabendo isto mesmo, o edificado que se projeta construir naquele local, está desenhado e foi concebido inicialmente em todas as discussões da Comissão Social de Freguesia do Grupo das Dependências, isto foi sublinhado, ele tem que ser convertível noutra coisa, razão pela qual, obviamente, não depende de licenciamento final que o SICAD vier a dar para a edificação da sala de consumo vigiado a existência de um edifício naquele local, que no caso de não comportar uma resposta na área dos consumos e das dependências, terá espaço para comportar uma resposta que é Freguesia também precisa, seja uma creche, seja uma expansão dos serviços de apoio aos séniores, portanto, não é, obviamente, uma condição “*sine qua non*” a razão pela qual também, não me parece, nem da parte do Município, nem da parte da Freguesia tenha havido má-fé na comunicação, deste facto. Aliás, constrói-se ali um edifício motivado por esta necessidade, e por esta resposta, e isso, é claramente assinalado com a identificação naquele espaço na placa que está lá, que é um serviço dedicado à área das dependências. -----

----- Mas sabe-se também, desde o início, se a conclusão final deste processo, for que não é possível ali instalá-lo, ele terá outro destino e aquele investimento servirá sempre a população do Lumiar. -----

----- Espero, que haja espaço para continuar a reforçar nos meses que se seguem, nos anos que se seguem o diálogo sobre este tema, porque ele é importante para a Freguesia, é importante para o Município de Lisboa, é importante para os residentes quer aqueles que hoje se opõem ao equipamento porque acham que ele não resolve um problema, quer aqueles que o sofrem e que precisam claramente desta resposta, matéria, aliás, que o Município de Lisboa, desde há muito tempo, desde o tempo do Vereador João Afonso no mandato anterior, colocou na calha, e começou a desenvolver. -----

----- E teremos também uma vantagem, efetivamente, eu chamo-lhe o efeito multibanco se quisermos, mas teremos a vantagem de poder beneficiar da aprendizagem do que está a acontecer com unidade móvel e com a unidade fixa, e podermos aprender com aquilo que está a correr com a unidade móvel e com a unidade fixa, e até, posso dar nota. -----

----- Os processos não foram similares, os processos tiveram menos participação noutros momentos do que no Lumiar, aliás, isso não impediu que fosse alargada a fase de envolvimento local, isso não impediu que fossem adaptados os espaços, isso não impediu que a gestão dos equipamentos fosse feita também, em conjunto com a população, e isso mesmo consta do documento que está apresentado, que existe uma

Comissão de Monitorização e Acompanhamento e por essas razões, parece-nos que os o resultado final, no qual se calhar, nem todos se revem, das Recomendações da 6ª Comissão, apesar de tudo são um equilíbrio adequado, para permitir fazer na fase em nos encontramos, que é de consulta pública, também a abertura do tema da localização, para que ele possa ser feito de forma alargada, com o envolvimento de todos, superando algo junto de muitos dos residentes é visto como uma falha. -----  
----- Não queremos é que haja esse ónus, esse espetro supremo com esse elemento, porque a consulta resulta, obviamente, não deixarei de dar nota que não foi por embirrança, ou por teimosia ou por quer fazer mal às populações, que aquele local foi escolhido, longe disso, e procurarei explicá-lo se não conseguir fazer até agora, obviamente, a responsabilidade é exclusivamente minha. -----  
----- Termino, já, Senhor Presidente, e agradeço a tolerância, mas devo dizer que há espaço, até, e volto a dizê-lo, para integrar a Comissão Social de Freguesia, para integrar o Grupo de Dependências, basta fazer uma inscrição, e nada mais, é de adesão totalmente voluntária, qualquer entidade, até qualquer cidadão individualmente pode aderir, quer à Comissão Social, no plenário, quer depois aos grupos, basta manifestar essa intenção, e de um dia para o outro, o que faz é preencher um papel. -----  
----- Tudo isso é simples, toda a abertura existe, e dessa perspetiva esperamos, que em conjunto com este os vários níveis de intervenção municipal, local, o SICAD, as várias entidades públicas e privadas e os residentes, consiga acima de tudo, dar uma resposta àqueles que consomem e que precisam de apoio, e aqueles que sofrem diretamente aquelas que são as consequências e os impactos destes consumos da sua vida quotidiana, de forma a que, o mais rapidamente possível, o serviço, ou o que quer que seja a resposta social deixe de ser necessária. -----  
----- Muito obrigada” -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado.” -----  
----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra anunciou o seguinte: -----  
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Graça.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Boa tarde, Senhor Presidente, -----  
----- Caros Colegas Deputados e Deputadas. -----  
----- Os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos Por Lisboa, também, relativamente a esta matéria, das salas de consumo assistido, gostariam de relembrar alguns factos e acima de tudo o histórico, pois esta é uma matéria que não começou hoje naturalmente. -----  
----- Gostamos de lembrar, naturalmente, como já foi dito aqui o Decreto-Lei nº 183 de 2001, que aprovou o Regime Geral das Políticas de Prevenção e Redução de Riscos e de Diminuição de Danos, e concretamente que prevê a possibilidade das

salas de consumo assistido. Relembrar as várias experiências na Cidade de Lisboa nesta área, apenas uma, que gostaria de lembrar aqui, do projeto Hino Mouraria que abriu em 2012, e apoio também a pessoas com dependências.-----

----- Relembrar o amplo trabalho da Rede Perto LX, dinamizada pelo Município e composta por várias organizações, e suas equipas de rua, que fizeram durante os últimos anos, dezenas de milhares de atendimentos e centenas de encaminhamentos. Relembrar o trabalho feito por esta rede, o Município e o SICAD, na construção de um programa municipal de intervenção na área dos comportamentos aditivos e dependências, liderada na altura pelo Vereador João Afonso, e que antecedeu no mandato anterior à instalação já neste mandato, pelo Vereador Manuel Grilo de uma sala de consumo assistido móvel e uma fixa, na Quinta do Loureiro, em Campo de Ourique, que abriu no passado dia 18 de maio, e que já tem cerca de duzentas e cinquenta pessoas inscritas ou utentes regulares, neste programa. -----

----- Aliás, prova deste histórico, é também o facto da inclusão de um eixo próprio no Plano de Desenvolvimento Social, 2017 e 2020, sobre esta matéria, assim como uma série de medidas concretamente as nove e a onze no eixo II do Programa de Governo na Cidade de Lisboa, que previa já estas respostas, e ainda uma “*Wet House*” para tratamento e diminuição progressiva no consumo de álcool que ainda falta fazer. -----

----- Foram longos e produtivos os trabalhos da 6ª Comissão dos Direitos Sociais e Cidadania, relativamente às Petições nº 11 de 2020 e nº 12 de 2020, contra a construção dos serviços de apoio integrado ou contra a instalação da chamada sala de xuto, no Lumiar. -----

----- Destes trabalhos emanaram um conjunto de recomendações, tais como que seja desenvolvido com carácter de urgência, uma resposta integrada para dependências diagnosticado no território. O envolvimento alargado das várias instituições que colaboram na avaliação da matéria e na execução das políticas da área da dependência. Que seja determinada uma periodicidade obrigatória para a realização das necessidades de respostas na área das dependências, que atenta à evolução dos consumos e aos seus perfis e edificação da envolvente das áreas onde estão ou podem vir a ser instalados serviços de apoio móveis ou fixos, até porque, isto acontece em várias cidades com programas semelhantes, estas instalações são geralmente pré-fabricadas, os programas são reavaliados periodicamente e as instalações inclusivamente podem ser realocizadas conforme a avaliação do programa. -----

----- E também, por fim, e acho que é importante dizer, que é também um motivo de fundo deste debate, que seja desenvolvida uma discussão pública sobre a gestão do equipamento e aprofundada a realização de sessões com residentes e a comunidade local. Aliás, sobre esta matéria tínhamos já defendido aqui e relembro aqui uma intervenção que fizemos em 16 de fevereiro de 2016, aliás, fui eu próprio que a fiz, em que pedi, também, ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, para alterar o texto da Recomendação, que este Grupo Municipal tinha pedido para apresentar, em que pedia para avançar de imediato com a construção destes equipamentos. -----

----- Na verdade, tendo sido pedido antes que constasse outra redação, que viria a ser aprovada, que recomendava que a Câmara Municipal de Lisboa, depois da consulta



devido às entidades envolvidas e à sociedade civil, garantisse a abertura de salas de consumo assistido no âmbito das respostas integradas no mais curto espaço de tempo possível. -----

----- Assim fazemos hoje as palavras, do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda da altura, aliás, que fez aqui uma intervenção e pedimos que, precisamente, a Câmara Municipal, depois da consulta pública devida às entidades envolvidas e a sociedade civil, garanta abertura destas salas de consumo assistido, ou seja, que para além da abertura da sala móvel e fixa, que eu já falei, possa nas devidas condições e, naturalmente, nos termos das recomendações do Parecer da 6ª Comissão, com a qual concordamos na generalidade, abrir a última sala de consumo assistido no Lumiar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.” -----

----- Chegamos ao fim, dos Senhores Deputados inscritos, não temos a indicação que a Câmara, pretenda intervir neste debate, portanto, vamos passar à votação, foi pedida a votação, ponto a ponto, da Recomendação 151/01, emanada da 6ª Comissão. -----

----- O Senhor Vereador, quer intervir, se faz favor, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Grilo**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Muito obrigado, queria em primeiro lugar agradecer aos Senhores Peticionários, que trouxeram aqui, esta apresentação destas Petições, e eu creio que é importante esta participação cívica, e queria fazer um pouco só de enquadramento, relativamente, à política de intervenção da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Dizer que o Município, tem também uma intervenção continuada nesta área, aliás, que foi referido por quase todos os Senhores Deputados, que fizeram as intervenções e sempre em articulação quer com o SICAD, quer com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, esta tem sido uma articulação permanente, e uma avaliação feita quer pelo SICAD, quer pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, e, portanto, a avaliação é permanente. -----

----- Foi feita ao fim de um ano, do consumo vigiado móvel, será feita também ao fim de um ano do consumo vigiado fixo, na Quinta do Loureiro e, portanto, é necessário aqui frisar, que há uma avaliação permanente e também uma ligação ao Observatório Europeu de Drogas e das Dependências, aliás, sediada em Lisboa, com quem temos vindo a reunir e que nos facultou algum saber, algum “expertise”, relativamente, à forma de monitorizar e de avaliar estas experiências. -----

----- Devo dizer também, que todas estas intervenções são baseadas em identificações fornecidas também pelo próprio SICAD e pela Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo, e são feitas, e estou a falar sob a forma de diagnósticos. As respostas cofinanciadas, e neste momento, existem estas respostas cofinanciadas, pelo SICAD e pela Câmara Municipal de Lisboa, são dois programas de metadona em

instalações móveis e fixas, duas equipas de rua, uma equipa de intervenção em contexto e também de consumo crítico. -----

----- Além desta dos diagnósticos oficiais de 2015 e 2019, identificar os programas de consumo vigiado como respostas necessárias no Município, em complementaridade com outras, tendo então definido os locais, sendo um deles, a Alta de Lisboa, Lumiar. -

----- Desde então, seguiu-se o processo de aprofundamento local do diagnóstico, capacitação técnica realizados, pela Associação Crescer, que já tem intervenção no território, grupos de discussão, reuniões e sessões públicas, realizadas em conjunto com a Junta de Freguesia do Lumiar no âmbito, também da Comissão Social da Freguesia, e não só. -----

----- Não nos temos nunca furtado ao debate, promovemo-lo e estaremos sempre que formos chamados a ele, ali estaremos, e teremos com certeza também iniciativa necessária se assim for considerado necessário, também para aumentar de intensidade este debate. Foi assim que fizemos, na Quinta do Loureiro, no Vale de Alcântara, em que houve uma alteração muito substancial daquilo que eram posições de oposição, à ideia ao conceito, até, à compreensão do muito que poderia fazer pela qualidade de vida no bairro uma sala de consumo vigiado, fixa. -----

----- E desde o início, como disse há pouco, consideramos que se tratava sempre de uma resposta piloto, garantir somente durante o período necessário, como há pouco foi frisado, aliás, pelo Senhor Deputado Pedro Delgado Alves, devia-se ter avançado pela construção do edifício, pode ser usado no futuro para um outro qualquer fim social. -----

----- Avançamos já com o programa de consumo vigiado móvel, em Arroios, Beato e Areeiro e com o consumo vigiado fixo na Freguesia de Campo de Ourique, mostrar o que estes programas são necessários. -----

----- Em dois anos, o programa de consumo vigiado móvel, realizou o total de 4.610 atendimentos, dos quais 40% relacionados com consumo, sendo os restantes para acompanhamento social e de saúde, e isto, para alguns é o defeito, creio que é uma enorme virtude, porque se encontra neste programa de consumo vigiado móvel, uma unidade de saúde, uma unidade de saúde, que está particularmente vocacionada para apoiar os consumos, mas que tem ligação, também, à comunidade onde para, à comunidade onde se insere, e é muito bem recebida por essa comunidade. -----

----- A equipa registou o total de 233 utentes regulares, fez intervenção em 12 situações de emergência, 6 das quais episódios de sobredosagem e realizou ao longo dos últimos dois anos, trezentos e quarenta encaminhamentos para outras respostas sociais e de saúde, incluindo para tratamentos. -----

----- Quando há pouco falei das seis intervenções de emergência de sobredosagem, isto significa, que muito provavelmente, salvamos seis vidas, é disto que estamos a falar. -----

----- As recomendações apontam para questões pertinentes, seguramente que já estão creio eu a acontecer, prosseguimento da discussão pública, monitorização do fenómeno das dependências, manutenção de respostas integradas, avançar após

avaliação e autorização do SICAD, creio, obrigatório por Lei e, portanto, não faremos nada sem a avaliação e autorização do SICAD.-----

----- Em relação a localizações alternativas, eu creio que é necessário frisar que a nossa intervenção se baseia na Lei, nas respostas identificadas pelas entidades oficiais, na obrigação de trabalharmos com todas as pessoas, incluindo as mais vulneráveis promovendo o acesso aos serviços e a preservação da saúde individual e pública.-----

----- E como há pouco foi referido, o que queremos é retirar o consumo da rua, hoje, o consumo que ele existe, e que foi bem documentado numa sessão em que participei, creio que em dezembro do ano passado, com fotografias que demonstravam o consumo a céu aberto, o consumo à porta das escolas, o consumo em zonas onde estão residentes a passar, onde estão crianças e jovens, etc, foi em 4 de dezembro de 2020. -

----- E, portanto, para dizer, não nos furtamos ao debate, pelo contrário, entendemo-lo como importante, essencial e, portanto, dar aqui esta nota aos Senhores Peticionários, mas também, aos Senhores Deputados, que estamos permanentemente disponíveis para o debate, para encontrar soluções, se esta não for possível, alternativas no mesmo território, agora não queremos e não iremos fazer seguramente, deixar de dar resposta às pessoas que consomem a céu aberto. -----

----- Dar aqui nota também, de que há limitações no consumo vigiado móvel, que não existem depois nas salas de consumo vigiado fixas. Por exemplo, em relação aos consumos fumados, eles não são passíveis de ser realizados na sala de consumo vigiado móvel, mas são na sala de consumo vigiado fixa, com extratores de fumos bastante poderosos, e evidentemente, que não são passíveis de utilizar na viatura que suporta a sala de consumo vigiado. E hoje há consumos fumados, eu diria que houve um aumento sustentado de estes consumos vigiados fumados altamente aditivos, e, portanto, que é necessário acolher também, estas pessoas, e só é possível fazê-lo com salas de consumo vigiado fixas. -----

----- Por último, evidentemente que a Câmara Municipal de Lisboa, age sempre no estrito respeito pela Lei e pelos tribunais e, portanto, também pelas decisões dos tribunais, evidentemente, ele deverá sempre em boa conta, e acatará, naturalmente, as recomendações que aqui sejam aprovadas nesta Assembleia Municipal de Lisboa evidentemente, portanto, não há quanto a isso, qualquer dúvida.-----

----- Finalmente, de salientar também, aqui a qualidade do debate, agora, sobre a localização das salas de consumo vigiado fixas na Freguesia do Lumiar, mas também permitam-me que há pouco não pude intervir, salientar a importância do debate promovido pelo Grupo do Partido Socialista, e que contou com a presença da Senhora Alta Comissária e do Senhor Professor José Manuel Sobral, que conosco vieram também, aqui nos vieram trazer questões importantíssimas e salientar a importância da diversidade, e que Lisboa tem tudo a ganhar em acolher esta diversidade, mas também em opor-se a todas as soluções, pseudo soluções populistas que, por detrás têm sempre um racismo muitas vezes agora explícito, mas muitas vezes ele está estrutural, está integrado no pensamento e está integrado no discurso de muitos dos que agora chegam à política. E, portanto, dar também nota desta importância de termos uma cidade que é hoje uma cidade cosmopolita, que acolhe todos, acolhe os

mais pobres e acolhe dentre os mais pobres, aqueles que estão em situação pior, seja pelos seus consumos, seja por estar em situação de sem-abrigo. -----

----- Creio que estamos a construir soluções de integração de todos, e com isto, estamos a construir uma cidade mais equilibrada, mais coesa, promovendo a igualdade, promovendo os valores, que creio que são fundadores da nossa democracia. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.” -----

----- Vamos passar às votações. -----

----- Eu peço a colaboração dos Senhores Deputados, para ver se isto se faz da melhor fórmula. Eu tenho aqui duas Recomendações, uma da Comissão e outra apresentada pelo PSD e CDS, digamos, olhando para a Recomendação da Comissão em bloco e para a Recomendação do PSD e do CDS, parece-me, que a ser aprovados, todos os pontos da Recomendação da Comissão, o que não sei se isso acontecerá, poderá haver choque, com, relativamente, a pontos que efetivamente constam nessa outra Recomendação, parece-me que há contradição, em algumas afirmações, mas, naturalmente, a Recomendação da Comissão, pode não ser aprovada, inclusive, portanto, isso pode acontecer, mas eu peço a vossa atenção, porque efetivamente, não é a mesma coisa...sim, o Partido da Terra, subscreve a Recomendação do PSD e do CDS, mas agora estamos a tratar de uma questão mais importante, que salve melhor opinião, quem é que subscreve o quê -----

----- Portanto, é muito importante, vamos passar à votação, ponto a ponto, da Recomendação da Comissão, mas eu alerto, que a ser aprovada, alguns pontos da Recomendação da Comissão, não vejo, que não haja contradição, depois de estar a votar alguns pontos da Recomendação do PSD e do CDS, portanto, os Senhores Deputados saberão o que vão votar, mas desde já alerto, relativamente, a esta situação, portanto, vamos começar com o ponto 1 da Recomendação da Comissão.”-----

----- **Deliberada por pontos:** -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)**. Votos contra: PSD, CDS-PP, PCP, PEV, MPT e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção: 1 DM PS, BE, PAN e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos e Rui Costa, votos a favor: PS e Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Ponto 1 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP) foi aprovado por maioria.** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O ponto 1 foi aprovado por maioria, eu chamo a atenção disto, porque a aprovação deste ponto 1, parece-me a mim e já agora, conflitua-a com o ponto 1 da outra Recomendação, mas já lá iremos.” -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 2 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)**. Votos contra: BE, abstenção: Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco e Miguel Graça, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, PAN, PEV, MPT e dos Deputados Municipais Independentes: Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 2 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 3 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)**. Voto contra do BE, não há abstenções, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, PAN, PEV, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 3 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 4 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e dos Deputados (as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 4 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 5 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)**. Votos contra: BE, abstenção: Deputadas Municipais Independentes: Ana Gaspar e Joana Alegre, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, PAN, PEV, MPT e os Deputados(as) Municipais Independentes: José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 5 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 6 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT e dos Deputados (as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 6 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 7 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)**. Voto Contra: PSD, CDS-PP, BE e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção: MPT, votos favor: PS, PCP, PAN, PEV e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 7 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)** foi **aprovado por maioria**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 8 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)**. Voto contra do BE, não há abstenções, votos a favor: PS, PSD, CDS-PP, PCP, PAN, PEV, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Ponto 8 da Recomendação n.º 151/06 (6ªCP)** foi **aprovado por maioria**.-----

----- **(Ausência do Grupo Municipal do PPM e dos Deputados Municipais Independentes António Avelãs, Eduardo Viana e Paulo Muacho nestas votações)**-

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Agora chamo a vossa atenção, porque penso que há pontos da Recomendação do PSD e do CDS, que não podem ser votados, mas vamos fazer a votação. -----

----- Eu penso que a Recomendação do PSD e do CDS, em vários pontos é contraditória, com o que foi aprovado, mas isso é uma questão, Senhores Deputados, também sabem ler e, portanto, votarão como melhor entenderem, não vale a pena estarmos a perder tempo, portanto vamos votar.”-----

----- **Deliberada por pontos:** -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 da Recomendação n.º 151/02 (PSD/CDS-PP)**. Voto contra: PS, PCP, BE, PAN, PEV e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça e Teresa Craveiro, abstenção do Deputado Municipal Independente Rui Costa, votos a favor: PSD, CDS-PP, MPT e dos Deputados Municipais Independentes Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves. O **Ponto 1 da Recomendação n.º 151/02 (PSD/CDS-PP)** foi **rejeitado**. -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 2 da Recomendação n.º 151/02 (PSD/CDS-PP)**. Votos contra: PS, PCP, BE, PEV, abstenção dos Deputados(as) Municipais Independentes Ana Gaspar e Miguel Graça, votos a favor: PSD, CDS-PP, PAN, MPT e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Joana Alegre, José Alberto Franco, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **Ponto 2 da Recomendação n.º 151/02 (PSD/CDS-PP)** foi **rejeitado**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 3 da Recomendação n.º 151/02 (PSD/CDS-PP)**. Votos contra: PS, PCP, BE, PAN, PEV e dos Deputados(as) Municipais Independentes: Ana Gaspar, Joana Alegre José Alberto Franco, Miguel Graça e Teresa Craveiro, abstenção: Deputado Municipal Independente Rui Costa, votos a favor: PSD, CDS-PP, MPT e dos Deputados Municipais Independentes: Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves. O **Ponto 3 da Recomendação n.º 151/02 (PSD/CDS-PP)** foi **rejeitado**. -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 4 da Recomendação n.º 151/02 (PSD/CDS-PP)**. Votos contra: PS, PCP, BE, PEV e da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, abstenção: Deputados(as) Municipais Independentes: Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça e Teresa Craveiro, votos a favor: PSD, CDS-PP, PAN, MPT e dos Deputados Municipais Independentes: Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves e Rui Costa. O **Ponto 4 da Recomendação n.º 151/02 (PSD/CDS-PP)** foi **rejeitado**. -----

----- **(Ausência do Grupo Municipal do PPM e dos Deputados Municipais Independentes António Avelãs, Eduardo Viana e Paulo Muacho nestas votações)**-

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem, o ponto 4 foi também rejeitado, agora podem fazer as declarações orais que entenderem. -----

----- Primeiro de tudo, a Senhora Deputada que estava inscrita, pelo PSD, a Senhora Deputada Ana Mateus, para fazer a sua declaração de voto oral, se faz favor.”-----

----- **O Grupo Municipal do PSD** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Então muito boa tarde, mais uma vez. -----

----- Senhor Presidente, a nossa declaração de voto vai no sentido e, de facto, disse e disse bem, que parece que há aqui uma contradição e um conflito entre os dois números um. -----

----- No entanto, a razão de nós termos votado contra o ponto 1 da Recomendação da 6ª Comissão Permanente, deve-se, ao facto, que na alínea c) da moção, 3, todo o processo de justificação da proposta base que se refere à localização, objeto do presente assunto, que estamos aqui hoje a discutir, o PSD entende ser inaceitável, portanto, nós não podemos está a votar a favor daquele ponto por ali estar a moção número 3, daí termos então apresentado esta segunda recomendação para só dedicada à moção 2, porque aquela moção 2 é apenas uma moção que foi aprovada, em Assembleia de Freguesia, deliberado em Assembleia de Freguesia, portanto, era para ser cumprida mais nada, mas, aqui em plena Assembleia Municipal foi chumbada. -----

----- Obrigada.”-----

----- (Senhor Deputado Pedro Tadeu Costa (PS) não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Está feita, a declaração de voto oral, ou há mais alguma declaração de voto oral? -----

----- Não havendo declarações de voto orais, as declarações de voto escrita, já houve aqui a indicação do Senhor Deputado Pedro Tadeu Costa, de declaração de voto escrita, e, portanto, com isto tudo, Senhores Deputados, chegámos ao fim desta nossa sessão, muito obrigado a todos, penso que foi uma sessão importante, está encerrada esta sessão. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e vinte minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

----- O PRESIDENTE-----